



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO NO ABRIGO  
MARINETE ALVES DO NASCIMENTO EM ARACAJU/SE

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2015

KEEZE MONTALVÃO FONSECA DA SILVA

VIOÊNCIA DOMÉSTICA INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO NO ABRIGO  
MARINETE ALVES DO NASCIMENTO EM ARACAJU/SE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Núbia Santos

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> MSc. Liliádia da Silva Oliveira Barreto

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

APRESENTAÇÃO DO TCC DA ALUNA *KEEZE MONTALVÃO FONSECA DA SILVA*  
SOB O TEMA: “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO NO  
ABRIGO MARINETE ALVES DO NASCIMENTO EM ARACAJU/SE”.

TCC aprovado em: 03/12/2015

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Núbia Santos – Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> MSc. Liliádia da Silva Oliveira Barreto - 1<sup>a</sup> Examinadora

---

Lidiane Costa Souza - 2<sup>a</sup> Examinadora

*Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.*

*(Artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente)*

## **RESUMO**

A violência doméstica infantojuvenil é um problema que perpassa por gerações de diversas famílias brasileiras e, parte dessas crianças vítimas dessa violência vão para instituições de medidas protetivas especiais, como os abrigos. O objetivo desse estudo é discutir sobre a violência doméstica infantojuvenil, dando ênfase a violência física, e o reordenamento socioafetivo das vítimas abrigadas no Marinete Alves do Nascimento. É também propósito compreender como é feito o trabalho de reintegração e/ou recuperação dessas crianças e adolescentes em estado de abrigamento, discutindo o termo família como base socializadora. O procedimento metodológico baseou-se no método dialético. A pesquisa, de natureza aplicada foi desenvolvida com o levantamento bibliográfico e documental no abrigo em estudo, de modo a cotejar com dados nacionais e regionais visando análises e reflexões. As análises mostram que o tipo de violência que mais atingiu as crianças e adolescentes assistidas pelo abrigo foi a negligência e/ou abandono, como evidenciado ao longo da pesquisa. Com o aprofundamento das discussões expostas no objetivo proposto chegamos à conclusão de que o trabalho de reintegração e/ou recuperação dessas crianças e adolescentes é realizado de forma digna num processo de orientação educativa na busca da conquista da autonomia, resgatando os valores da cidadania dessas crianças e adolescentes abrigadas, através do apoio da rede interinstitucional do município de Aracaju. E que família é a base de tudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência Doméstica infanto-juvenil; Família; Abrigamento.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado saúde e força para alcançar mais esse objetivo.

Agradeço a minha família pela paciência que tiveram comigo durante todo o processo de formação profissional, principalmente a minha irmã Tayse, que esteve sempre ao meu lado cuidando dos meus filhos Luana e Gustavo nos momentos de ausência e também de mim – meu braço direito. Ao meu esposo Edson que sempre me incentivou, obrigada pela paciência e por ter ficado ao meu lado nos momentos de crise, nunca deixou que o desânimo tomasse conta de mim e que eu desistisse. À minha mãe, irmãs, sogra, sogro e cunhada pelo carinho e preocupação que demonstraram nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Agradeço à professora Liliádia que num primeiro momento passou seus ensinamentos e suas orientações necessárias para que este trabalho tomasse rumo. Também à professora Vera Núbia que deu continuidade às orientações, apesar da extensa greve que abalou a todos os alunos da universidade, voltou com todo vapor nas orientações permitindo assim que este trabalho fosse concluído com êxito.

Agradeço aos assistentes sociais Lidiane e Jonathan do abrigo *Marinete Alves do Nascimento* pelo apoio e pelas orientações sábias.

Aos meus colegas de curso e aos amigos do dia a dia que sempre me deram força nos momentos de desânimo.

## LISTA DE TABELAS

1	Tabela 7.1.1	Número e taxas (em 100 mil) de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo UF/região e faixas etárias. Brasil, 2011.....	32
2	Tabela 7.1.4	Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo sexo e faixa etária das vítimas. Brasil, 2011.....	33
3	Tabela 7.1.7	Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violência segundo tipo de violência e faixa etária das vítimas. Brasil, 2011.....	33
4	Tabela 7.2.1	Número e % e taxas (em 100 mil) de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violência física segundo sexo e faixas etárias das vítimas. Brasil, 2011.....	34
5	Tabela 7.3.1	Número e % de taxas (em 100 mil) de atendimentos por violência sexual de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) segundo sexo e faixa etária das vítimas. Brasil, 2011.....	34

## LISTA DE FIGURAS

1	FIGURA 1	Organização Institucional.....	42
2	FIGURA 2	Procedimento na institucionalização de crianças e adolescentes.....	46
3	FIGURA 3	Fluxograma da equipe técnica.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

1	Gráfico 1	Motivos que originaram o abrigamento.....	49
2	Gráfico 2	Estatística por tipos de violência doméstica.....	50
3	Gráfico 3	Quem encaminhou ao abrigamento.....	51
4	Gráfico 4	Tipos de violência doméstica de janeiro a outubro de 2015.	52



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	CAPÍTULO I: Família como base socializadora e a violência doméstica.....	17
	2.1 Família: base socializadora para crianças e adolescentes.....	17
	2.2 Família, locus de identidade social.....	21
	2.3 O Abuso do poder familiar e a violência doméstica.....	25
	2.4 Dados Estatísticos em nível nacional.....	31
	2.5 Proteção à infância e adolescência no Brasil: o que trouxe o Estatuto da Criança e do Adolescente?.....	35
3	CAPÍTULO II: Abrigo Marinete Alves do Nascimento: locus de reintegração de vítimas de violência .....	39
	3.1 Dados Estatísticos do Abrigo Marinete Alves do Nascimento.....	49
	3.2 Dados Estatísticos da Delegacia de Atendimentos a Grupos Vulneráveis – DAGV..	52
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS.....	57

## 1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa perscruta a violência doméstica infantojuvenil focalizando as vítimas que são acompanhadas pelo Abrigo Marinete Alves do Nascimento na cidade de Aracaju/SE. A escolha pelo tema surgiu pelo fato de fazer Estágio Supervisionado no referido abrigo e por obter informações dos profissionais deste abrigo da frequência de casos de violência doméstica que chegam dos conselhos tutelares e da justiça para abrigamento. Isso significa dizer que tanto a pesquisadora escolheu o tema, como foi por ele escolhida, aliando a experiência de estágio com a pesquisa, como orientam as diretrizes da área de Serviço Social. O objeto deste estudo é a discussão sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes usuárias de abrigo, com o foco na violência física.

Percebe-se que a mídia em geral noticia diversos casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes pelo excesso do poder familiar, por isso, o interesse pelo tema violência doméstica infantojuvenil com o intuito de procurar entender o processo de reintegração e/ou recuperação das vítimas da violência doméstica, seguindo o viés da violência física, do público atendido pela instituição mencionada.

O município de Aracaju mantém algumas instituições que abrigam crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. Ao todo são cinco instituições de proteção social especial, Casa de Passagem Acolher (serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de rua); Centro Pop (Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua); Abrigo Caçula Barreto e Nova Vida (masculino, de 7 a 12 anos – unificados em 2015 formando um só abrigo); abrigo Sorriso (acolhimento institucional para crianças de zero a seis anos) e o abrigo Marinete Alves do Nascimento (feminino, de 07 a 18 anos), os processos de trabalho dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) foram abertos à comunidade, não sendo mais considerado neste município como protetiva especial. À responsabilidade no atendimento e manutenção dessas crianças e adolescentes, alguns elementos podem ser enfocados, como por exemplo compreender a questão da reintegração familiar ou mesmo o processo de recuperação dessas crianças e adolescentes, e daí decorre como problema de

pesquisa: como é feito o trabalho de reintegração e/ou recuperação das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, que sofreram agressões físicas, atendidas pelo Abrigo Marinete Alves do Nascimento?

Observa-se que crianças institucionalizadas em abrigos são direcionadas para estes espaços quando estas tem seus direitos violados, ou seja, por abandono por parte dos pais, maus tratos, violência física ou moral, dentre outros aspectos; afastando-as da família natural e encaminhando-as para um ambiente seguro, até que sua situação seja definida. Esclarece-se que abrigo segundo o parágrafo único do artigo 101 do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA “[...] é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.(BRASIL, 1990)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que em 2004 realizou um estudo sobre a temática, os principais motivos de se colocar crianças em abrigos eram a carência de recursos materiais da família (24,5% dos casos analisados), o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%) e a vivência na rua (7%). E entre os casos de violência cometidos por conta do abuso do poder familiar se insere a violência doméstica, nas mais diversas formas como a violência física, a violência sexual, a psicológica e a negligência e/ou abandono.

Ao ter por locus de estudo o Abrigo Municipal Marinete Alves do Nascimento, o presente estudo reflete sobre uma instituição que abriga crianças e adolescentes do sexo feminino com idade entre sete a 18 anos incompletos, que tiveram seus direitos violados, oriundas da 16ª Vara da Infância e da Juventude e também aquelas egressas de organizações sociais, ou seja, OSCIPs<sup>1</sup>, como “Oratório de Bebê, Cristo Redentor e Nova Esperança”<sup>2</sup> e de outras entidades que não disponibilizam o processo de reintegração e/ou recuperação dessas vítimas em risco social.

---

<sup>1</sup> Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público são, em suma, sociedades civis, sem fins lucrativos, de direito privado e interesse público, ou atuam em áreas associadas ao setor público. Disponível no site: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/OSCIP-%E2%80%93-organiza%C3%A7%C3%A3o-da-sociedade-civil-de-interesse-p%C3%BAblico>, acesso em 21 nov. 15.

<sup>2</sup> Tratam-se de ONGs que atuavam como Abrigos para o acolhimento de crianças e adolescentes, contudo, após as referidas instituições deixarem de realizar o abrigamento de meninas que se encontram em situação de risco, as referidas crianças e adolescentes foram encaminhadas ao Abrigo *Marinete Alves do Nascimento*.

O abrigo em foco tem como objetivo oferecer um serviço de acolhimento em caráter emergencial, atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal e deve contar com equipe técnica especializada para posterior reinserção dessas crianças e adolescentes ao seio familiar ou numa família substituta.

De acordo com o ECA, as crianças e/ou adolescentes inseridas em programa de acolhimento institucional terão situação reavaliada a cada seis meses, verificando-se mediante relatório da equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, a possibilidade de reintegração familiar. Não logrando êxito, a permanência em instituições para acolhimento não se prolongará por mais de dois anos, chegando neste limite as crianças e adolescentes serão encaminhadas ao poder judiciário ou Conselhos Tutelares que são responsáveis pelos procedimentos legais para o seu retorno ao convívio familiar. Quando os familiares dos abrigados não são localizados, estes são encaminhados para uma unidade de abrigo permanente.

Cabe aqui sinalizar um importante elemento desse processo: o significado de família. Observe-se que o Código Civil de 2002 trouxe uma mudança de termos. Antes definido como "Pátrio Poder", alterou-se a denominação para "Poder Familiar", numa re-significação do conceito de família proveniente da dinâmica social, re-conceituação que teve amparo na Constituição Federal de 1988, ao trazer o princípio da isonomia como pressuposto básico para a igualdade de direitos entre os sexos. Nesse sentido, não é compreensivo que o poder familiar se restrinja a pessoa do pai (pátrio), pois o citado poder deve ser compreendido de forma compartilhada pelos pais (familiar), tudo isto com foco nos interesses dos filhos.

Por outro lado, o referido poder familiar atribuído aos pais sobre os filhos traduzido na palavra "poder" pode apresentar uma conotação de que se pode fazer o que quiser, e isto pode colaborar para diversas práticas de violências dos pais contra os filhos. Contudo, percebe-se que o termo "Poder Familiar" se enquadra melhor na ideia de isonomia entre os pais no exercício do citado poder, pois é relatado segundo o art. 21 do ECA, que "[...] o poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe [...]" (BRASIL, 1990). Ou seja, é o poder da família (pai e mãe) e não apenas pátrio poder (poder do pai), como era intitulado, antes do Código Civil de 2002.

A violência doméstica está adquirindo maior relevância nas últimas décadas pela mídia, em decorrência da recorrente incidência dos casos de abusos contra crianças e adolescentes vítimas do abuso do poder familiar. Essa violência se efetiva, de certa forma, em virtude de fatores sociais, políticos, culturais e, particularmente, a má distribuição de renda presente na sociedade afetando consideravelmente a integridade física, psíquica e moral de inúmeras crianças e adolescentes.

A violência doméstica pode ser configurada segundo Guerra (1985, p. 15), “[...] como qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, da família ou de qualquer relação íntima de afeto”.

A relevância do tema considera a gravidade do problema de violência que ocasiona um processo de abrigamento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, destaca-se ainda maior agravo se considerarmos a fase de formação destes sujeitos e a necessidade peculiar deles à presença da família para acolhimento e orientação. Quanto a isto, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no (Art.2º), “[...] considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade”.

Os resultados da pesquisa indicam a importância de trazer discussões relacionadas à violência doméstica infantojuvenil em estado de abrigamento, focando a violência física, é imperativo para o Serviço Social por se tratar de um tema recorrente à inserção no âmbito da Política de Assistência Social. E, do ponto de vista do espaço onde foi feita a pesquisa, ressaltaram a importância dos procedimentos relativos ao processo de reintegração e/ou recuperação para retorno familiar no abrigo Marinete Alves do Nascimento em Aracaju/Se, na perspectiva de compreender a particularidade desse espaço, mas localizando-o no universo dos espaços institucionalizados de abrigamento.

Os objetivos deste estudo centraram-se na discussão sobre a violência doméstica infantojuvenil, dando ênfase a violência física, e o reordenamento socioafetivo das vítimas abrigadas no Marinete Alves do Nascimento. Também considerou-se a importância de conhecer o referido abrigo; discutir o termo família como base socializadora, além do trabalho de reintegração e/ou recuperação de

crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, com especial atenção nas que sofreram agressões físicas.

O procedimento metodológico se baseou no método dialético por ser considerado um método de interpretação da realidade, com abordagem qualitativa por não se preocupar com a representatividade numérica, mas com a compreensão de aprofundamento de um grupo social, e ainda, segundo Minayo (2001, p. 43) a metodologia trabalha com um universo de significados, além disso engendra “[...], motivos aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.”

A natureza da pesquisa foi a aplicada por envolver verdades e interesses locais, uma vez que busca compreender o objeto na sua totalidade, ou seja, numa realidade estruturada, dialética e crítica que, considera suas relações e nexos relacionais. Neste sentido, cita Gil (2008, p. 14) que o método dialético fornece “[...] as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.”

A questão do método é fundamental para definir a abordagem teórico-metodológica que dá sustentação à pesquisa, por meio dele enfatizamos a dimensão histórica dos processos sociais. Acerca disso, Gil (2008, p. 22) descreve:

[...] para o materialismo histórico, a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. As causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios.

Com relação ao tipo, tratou-se de pesquisa exploratória, sobre a qual Gil (2008, p. 46) destaca que:

[...] proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Dados os esclarecimentos que fundamentam o método, o procedimento metodológico deu-se por meio da realização de leituras e fichamentos (artigos, legislação, relatórios, prontuários, documentos, livros, sites, entre outros) para

elaboração das discussões acerca do objeto e construção das categorias de análise, quais sejam, violência doméstica, enfocando a violência física em crianças e adolescentes em estado de abrigo, família e novas configurações familiares, dentre outras necessárias para o exame do tema.

Salienta-se que o levantamento bibliográfico e documental se caracteriza como uma ação desenvolvida em todo processo exploratório, uma vez que o pesquisador necessita recorrer às diversas fontes para compreender novas determinações, fazer outras análises, consultar autores e, oferecer melhor tratamento aos dados coletados, num processo de aproximação sucessiva ao tema.

A amostra, que é um subconjunto do universo ou da população, ou seja, do universo, foi feita com os prontuários de todas as usuárias do serviço de proteção do Abrigo Marinete Alves do Nascimento. Nesse sentido, retirou-se uma amostra de prontuários de crianças e adolescentes acolhidas vítimas de violência doméstica e, destas, daquelas que sofreram com agressões físicas registradas desde 2013 a abril de 2015.

A coleta de dados foi feita através da busca ativa dos prontuários correspondentes às usuárias do referido abrigo para assim, conhecer, por meio do registro documental, o processo de reintegração e/ou recuperação de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

A análise dos dados teve por base os dados coletados, enriquecida pelo levantamento bibliográfico e documental com o intuito de discutir a violência doméstica de crianças e adolescentes em estado de abrigo, dando ênfase a violência física, e seu reordenamento socioafetivo. Os dados foram organizados estatisticamente após a coleta, e deu contorno e conteúdo ao trabalho aqui apresentado.

Com os resultados foram obtidos subsídios para a discussão a cerca da violência doméstica infantojuvenil e as instituições que acolhem crianças e adolescentes envolvidas na situação, numa perspectiva de evidenciar a importância do tema proposto na investigação.

Para dar clareza ao tema, o presente trabalho foi estruturado em quatro partes: uma Introdução, que apresenta o tema e recupera o processo da pesquisa;

dois capítulos, que dão forma ao tema abordado e delineiam o processo de pesquisa e as Considerações Finais, que sinalizam os argumentos apresentados na pesquisa e comenta-os após os resultados obtidos. O capítulo I, intitulado “Família como a base socializadora e a violência doméstica” faz uma abordagem sobre a família apresentando alguns conceitos, fatores e dados que cercam a instituição família. É a análise aqui presente que sustenta a importância da família e a traduz como base importante da vida social. O capítulo também aborda o tema Violência Infantojuvenil e a garantia aos direitos desse segmento na sociedade brasileira. O Capítulo II, por seu turno, versa sobre o Abrigo Marinete Alves do Nascimento, recupera o tema central da pesquisa, com especial atenção aos aspectos anteriormente abordados e aprofunda o debate com a exposição do locus da pesquisa e os resultados mais detalhados. É neste capítulo que a análise do sistema de abrigamento como um serviço importante para quem passou por situações de violência.



## 2 CAPÍTULO I: Família como a base socializadora e a violência doméstica

O presente capítulo trata da relação família e violência doméstica, no sentido de proporcionar uma base para a análise do objeto de estudo, desenvolvido no capítulo que segue. Esta abordagem contém dois termos necessários para a compreensão da relação família como instituição central na vida e essencial da formação da criança e, de outro lado, a concepção e tipos de violência e a necessidade de atenção para essa relação.

### 2.1 Família: base socializadora para crianças e adolescentes.

A família é a primeira instituição que acolhe as crianças, daí a relevância da referida instituição para o pleno desenvolvimento daquelas. Segundo o “Dicionário Virtual de Significados”<sup>3</sup>, hoje, a família pode ter vários significados:

**Família** é o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco entre si e vivem na mesma casa formando um lar. Atualmente, tratar de família sugere compreender, na dinâmica social, as várias formas de conjugabilidades ou mesmo reordenamento familiar. Uma família tradicional é normalmente formada pelo pai e mãe, unidos por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear ou elementar. Para além desse modelo de família, observa-se que na sociedade outros modelos de família despertam e instituem:

**Família monoparental:** composta por apenas um dos progenitores: pai ou mãe. Os motivos que possibilitam essa estrutura são diversos. Englobam causas circunstanciais (morte, abandono ou divórcio) ou ainda, a decisão (na maior parte dos casos, uma decisão da mulher) de ter um filho de forma independente.

**Família comunitária:** nesta estrutura, todos os membros adultos que constituem o agregado familiar são responsáveis pela educação da criança.

**Família arco-íris:** é constituída por um casal homossexual (ou pessoa sozinha homossexual) que tenha uma ou mais crianças ao seu cargo.

**Família contemporânea:** é caracterizada pela inversão dos papéis do homem e da mulher na estrutura familiar passando a ser a mulher a chefe de família. Abrange a família monoparental, constituída por mãe solteira ou divorciada.

O conceito de família, historicamente acompanha o processo evolutivo de organização e reordenamento do modelo nuclear de família que anteriormente se constituía por pai, mãe e filhos. Atualmente, o modelo nuclear sofreu alterações, e hoje, a legislação brasileira no seu artigo 25 do (ECA), “[...] entende-se por família

---

3 <Dicionário Virtual de Significados>. Disponível no site: [http:// www.significados.com.br/familia](http://www.significados.com.br/familia), acesso em 03 fev. 15.

natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.”  
(BRASIL, 1990)

Essa mudança se justifica pelo próprio reordenamento da sociedade e, seu modo de produzir e se relacionar com as pessoas, sejam no ambiente de casa, do trabalho ou outro qualquer que varia no decorrer dos anos. São fatores socioeconômicos, culturais e políticos que se apresentam e se modificam na dinâmica da organização das pessoas e seus grupos, obtendo assim, inúmeras concepções acerca do seu significado social.

A família não é apenas um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco, suas atribuições são bem mais complexas como afirmam Ferrari e Kaloustian (1994, p. 11-12),

[...] permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidade, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar de seus componentes.

Para Bruschini (1993, p. 77),

[...] família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de denominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégio, direitos e deveres dentro do grupo.

É imprescindível salientar, conforme ressalta a autora, não ser essa instituição apenas um somatório de indivíduos, mas um grupo que se relaciona constantemente, divergente em seus comportamentos, no sexo, na idade, gostos e em diversos outros sentidos. Essas contradições permeiam as relações familiares e dão o contorno as famílias.

A família atualmente está sendo redimensionada e norteadada pela existência de afeto entre seus companheiros, incluindo também as homoafetivas, com o intuito de felicidade individual de seus membros, não se baseia estritamente

entre a relação de um homem e uma mulher baseado no casamento. Podem ser também famílias constituídas sem o laço matrimonial, como também as monoparentais, composta de um dos progenitores e sua descendência, como as definições já citadas anteriormente. Segundo Dias (2008, p. 52-53),

[...] o Direito de Família, ao receber o influxo de Direito Constitucional, foi alvo de profunda transformação, que ocasionou verdadeira revolução ao banir discriminações no campo das relações familiares. Num único dispositivo, o constituinte espancou séculos de hipocrisia e preconceito. Foi derogada toda a legislação que hierarquizava homens e mulheres (...). Também, se alargou o conceito de família para além do casamento.

No modelo estritamente patriarcal se constituía uma hierarquia onde desencadeiam relações bastante conflituosas entre marido e mulher e entre pais e filhos, colocando a criança e o adolescente em situação de submissão árdua, sem reflexão acerca dos seus desejos e opiniões, apesar da maleabilidade do conceito de família nos dias atuais, ainda existem famílias extremamente patriarcalistas.

Considerando a natureza das relações inseridas na família e sua constante transformação no tempo, Prado (1991, p. 09) enfatiza em suas concepções que “[...] o aspecto mais problemático da evolução da família está sem dúvida alguma ligado ao questionamento da posição das crianças como ‘propriedade’ dos pais e a posição econômica das mulheres dentro da família”.

Nesse sentido, a autora volta-se para análises sobre a distribuição de papéis na sociedade. Em meio à resistência masculina e, paralelo ao processo de globalização que implicou a mulher no mercado de trabalho, a inserção da mulher no contexto social vem se configurando de forma diferente, e está havendo gradativamente mudanças no seu papel social.

Na concepção de Prado (1991, p. 13-14) apesar dos conflitos familiares, “[...], a família, no entanto, é única em seu papel determinantemente no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência.”.

Assim, apesar da família caracterizar-se elemento de coação social que gera conflitos e ambiguidades, também se caracteriza enquanto núcleo, afetivo, de apoio e solidariedade. É única em seu papel, e mesmo destacando aspectos

positivos e negativos, é a instituição social que melhor oportuniza o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes (PRADO, 1991).

Ressalta-se que a estruturação familiar sofreu diversas mudanças ao longo da história, devido a alterações políticas, econômicas e culturais. Novos valores e costumes deram origem a diversas organizações familiares, como expressa Sarti (1997, p. 39),

[...] famílias hoje, pela extraordinária rapidez da mudança nas suas relações internas nas últimas décadas [...] Essas mudanças corresponde a uma ação deliberada, no sentido de um projeto emancipador que institui novos padrões de comportamento, mas, que não foi possível por mudanças, na realidade exterior à família, que afetam de maneira decisiva esta esfera da vida social, transformando-a fatalmente.

Na visão de Sarti, confirma-se que a mudança ocorrida em uma realidade exterior a da família, mudanças essas de ordem econômica, transformaram completamente o desenho das relações familiares, mudando todos os padrões de comportamento aceitos até o momento. A Constituição Federal de 1988 pontua a família nos seus artigos 226 e 227 como sendo:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 8º. O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação[...] além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

§ 4º. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Partindo do pressuposto de que a família é a primeira instituição que acolhe as crianças, base da sociedade e que tem especial proteção do Estado, faz-se necessário citar o ECA que designa os direitos das crianças e adolescentes e asseguram sua proteção. O art. 4º do ECA, que praticamente é uma reprodução do art. 227 da CF/88, volta a destacar sobre a absoluta prioridade com que devem ser tratadas as crianças e adolescentes:

[...] É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos

referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Como já citado, a família passou por diversas modificações houve um processo de reestruturação nas relações sociais e produtivas, demandou novas apreensões e visões de mundo que teve por característica marcante o individualismo que influi no bojo familiar. Dentro desta realidade, percebe-se que maus tratos efetivados contra a criança e o adolescente no âmbito familiar, originam-se também em decorrência da vulnerabilidade que as vítimas estão ante os agressores, tanto no que diz respeito a fragilidade física, como no que concerne ao abuso do poder familiar.

Dentro desta concepção observa-se que a instituição família, configura-se na formação do indivíduo, em meio às discussões sobre a sua desagregação e enfraquecimento, continua firmando-se enquanto locus socializador. Supõe-se ser família o local ideal, no qual seus membros sejam amados e respeitados, adquirindo proteção, apoio, igualdade e respeito. É por isso que quando crianças e adolescentes são colocados em abrigos, todos os esforços da equipe técnica devem se concentrar para que as mesmas sejam acompanhadas e orientadas e, sempre que possível, retornem ao seio familiar.

Devido à falta de oportunidades e demanda de necessidades que não são atendidas no cotidiano, decorrentes dos reflexos oriundos do sistema capitalista onde se acentuou as desigualdades sociais e se acirrou a exclusão social. Conforme percebemos, no contato com algumas das famílias das crianças e adolescentes abrigadas, durante o estágio no Abrigo Marinete Alves do Nascimento, as pessoas movidas pelo desespero acabam por descarregar as frustrações e tensões vivenciadas contra seus próprios filhos, efetivando a violência doméstica de diversas formas, tendo como umas das consequências posteriores o encaminhamento da criança ou adolescente para um abrigo que é realizado geralmente pelos conselhos tutelares, pelo judiciário ou por demanda espontânea das vítimas.

## **2.2 Família, locus de identidade social**

De acordo com o que compreende como família percebe-se que a instituição família caminha atrelada a uma série de fatores políticos, culturais, sociais e econômicos. A estrutura familiar concebida em épocas remotas, firmava-se sobre

as diretrizes da conservação dos bens materiais, desvalorizando a afetividade entre os membros da referida instituição. (DIAS, 1992)

As transformações econômicas oriundas da Revolução Industrial redimensionaram de maneira geral as formas de família existentes até então. Os desafios impostos pela industrialização modificaram a dinâmica da instituição família que em lugar de famílias numerosas e muito identificada e interligada por vínculos de parentesco de proximidade foi se formando um modelo de família pequena quanto ao número de componentes e as relações afetivas surgiram no seio familiar com a criação da chamada família nuclear, composta de pai, mãe e filhos, ou seja, “[...] a forma mais conhecida e valorizada de nossos dias [...]” como afirma Prado (1983, p. 8). Este modelo ainda persiste nos livros escolares, nos filmes, na televisão, mesmo que novas formas se configurem na atualidade.

A mudança de alguns princípios anteriores que incidiram na redução da composição da família promoveu a aproximação entre seus membros que desencadearam laços de afetividade entre os membros e a organização família que passou a priorizar a figura da criança.

Os casamentos que antes eram por conveniência de toda família e arranjados pelo patriarca da família, sem sequer em diversos casos, os noivos conhecerem-se, começou a ser concretizado de acordo com os interesses individuais, como salienta Dias (1992, p.59),

[...] o casamento fundado principalmente na conservação dos bens e a manutenção da sobrevivência morre, dando lugar a uma relação que privilegia o cultivo do sentimento e afeto entre o casal e na família como um todo.

Esse sentimento que se evidenciou, como afirma o autor, aproximou tanto pais quanto filhos. Os pais passaram a acompanhar diretamente o desenvolvimento dos filhos, cabendo a eles ainda, a responsabilidade de educar com os padrões sócio culturais aceitos e impostos pela sociedade.

As diversas mudanças ocorridas em toda a conjuntura, incorporaram nos indivíduos e prioritariamente na instituição família novos valores e costumes que deram origem a diversas organizações familiares, como expressa Sarti (1997, p. 39),

[...] famílias hoje, pela extraordinária rapidez da mudança nas suas relações internas nas últimas décadas [...]. Essas mudanças corresponde a uma

ação deliberada no sentido de um projeto emancipador que institui novos padrões de comportamento, mas não foi possível por mudanças, na realidade exterior à família que afetaram de maneira decisiva esta esfera da vida social, transformando-a fatalmente.

No posicionamento de Sarti, confirma-se que a mudança ocorrida em uma realidade exterior a da família, mudanças essas de ordem econômicas, transformaram completamente o desenho das relações familiares, mudando todos os padrões de comportamento aceitos até o momento.

Paralelo a essa mudança, nos laços familiares, o surgimento dessa nova estrutura social, calcada nos princípios capitalistas, desencadeou inicialmente uma série de fatos que repercutiram para a criação de uma nova classe, a proletária, oriunda das camadas populares existentes até então. Sobre essa classe recaíram inúmeras consequências desencadeadas com o processo de industrialização.

A história nos mostra que, os camponeses desempregados ou na esperança de melhores condições de vida, saíram do campo para as cidades, efetivando o êxodo rural. Assim, iniciou-se a criação de favelas nas cidades, desemprego, tanto pela mão de obra desqualificada, quanto pelo fato das indústrias não absorverem esse contingente gerado (NETTO e BRAZ, 2012). Fome, miséria e violência também foram consequências marcantes que se perpetuam até os dias de hoje, comprometendo as famílias engajadas nesse processo.

Com a evolução das sociedades, identificou-se que esse processo de reestruturação nas relações sociais, demandou novas apreensões de visões de mundo que teve por característica marcante o individualismo, resultando no distanciamento entre os indivíduos que pertencem aos diferentes grupos sociais. Neste sentido, os sentimentos de solidariedade foram relegados a um patamar de insignificância por não corresponder aos interesses, objetivos e preocupações da classe dominante que assumiu a hegemonia na conjuntura vigente.

Retratando-se a questão do individualismo no bojo familiar, enquanto resultado do imposto pelo capital, procede-se a seguinte análise,

[...] No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a

individualidade conta decisivamente cada vez maior importância social. A afirmação da individualidade sintetiza o sentido das mudanças atuais o que tem implicações evidentes nas relações familiares. (SARTI, 1997, p. 43).

Nesse enfoque, compreende-se as diversas alterações sofridas na instituição família ante e pós Revolução Industrial concomitantemente ao processo de industrialização, surgiu o neoliberalismo, que implicou na quebra das barreiras comerciais incidindo na globalização. Todo esse processo afetou consideravelmente as relações de trabalho, transformando as relações familiares e toda a estrutura social.

A globalização exigiu indivíduos mais capacitados e competitivos para o trabalho, conseqüentemente, as pessoas foram obrigadas, para se manterem ativas, neste quadro, dedicar maior tempo ao trabalho, na tentativa de qualificar-se, fato este que implicou em menor dedicação as suas famílias em função do trabalho, já que precisam trabalhar para sobreviverem no mundo globalizado, assim como para aquelas famílias que são vítimas mais acentuadas dessa realidade, submetendo-as ao desemprego e suas conseqüências.

Diante dessa realidade, vale ressaltar que, sobre as crianças e adolescentes recaem inúmeras conseqüências, visto que estão em processo de formação e necessitam de todo um aparato familiar, na construção de suas visões de mundo, pois a família é considerada o ponto de referência para tal.

A interpretação sobre essa ótica, na medida em que o ambiente familiar firma-se em meio a sua desagregação, enquanto espaço imprescindível para o desenvolvimento pessoal e social de seus integrantes no que reverencia tal percepção, Vicente (1994, p. 48) externa a seguinte análise,

[...] a criança depende destas ligações para crescer. Ela carece de cuidados com o corpo, com a alimentação e com a aprendizagem. Mas nada disso é possível se ela não encontrar um ambiente de acolhimento e afeto. Os bebês não sobrevivem ao desamor. Pais conflituados e instáveis produzem uma relação de ambivalência que pode prejudicar a criança.

É evidente partindo do posicionamento ora expresso que as famílias mesmo sofrendo um processo de esfacelamento no contexto atual, constitui espaço primordial para o desenvolvimento dos indivíduos. É a família o primeiro microcosmo da criança, seu primeiro contexto referencial. O afeto inicia-se antes mesmo do nascimento da criança, onde os pais começa, a acariciar o bebê, ainda no útero



materno, transmitindo-lhe amor e carinho, desenvolvendo então uma relação de proximidade e intimidade entre os pais e o filho.

As mudanças impostas pelo capital introjetaram no bojo familiar e em todas as relações em um contexto geral, o individualismo que afasta a pessoa, e consequentemente, enfraquecem os laços familiares. No entanto, ainda é a instituição família que colabora consideravelmente para o equilíbrio das relações sociais estabelecida na conjuntura atual, desenvolvendo na engrenagem social um relevante papel. No que concerne a função socializadora da instituição referenciada, Dias (1992, p. 11) enfatiza,

[...] a família tem então por função a tarefa de socializar a criança a adaptá-la a convivência na sociedade, oferecendo e ensinando-lhe os modelos de comportamento adotados em sua cultura. Isso incluir ensinar-lhe o cuidado físico, a lidar com emoções, a se relacionar em família e também dentro de outros grupos, a desenvolver atividade produtora e recreativa e ainda, a formar e consolidar uma nova família.

De acordo com o autor, a instituição família é a responsável em perpetuar dentro da sua prole os padrões de comportamento estabelecidos e aceitos socialmente, o que implica na manutenção da ordem social vigente e determinada por quem está no poder e dita as normas sociais. A constelação familiar é fundamental colaboradora para o equilíbrio social, devendo repassar a cultura e os valores sociais pré-estabelecidos.

Nessa direção, questiona-se: qual a relação entre a necessidade de proteção familiar e a violência que leva ao abrigo várias crianças e adolescentes na atualidade?

O abuso do poder familiar é um dado que hoje representa um percentual significativo que leva crianças e adolescentes ao abrigo. Segundo o Mapa da Violência de 2012, a Região Nordeste do Brasil apresentou 16.013 crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, e, pode-se afirmar que parte destas foram submetidas ao abrigo, conforme determina o ECA.

### **2.3 O Abuso do poder familiar e a violência doméstica**

Neste item é necessário se fazer um breve resgate histórico da violência no mundo. A violência é um fenômeno que está presente na sociedade desde as civilizações remotas, e imbricada em diversos contextos das relações humanas,

devendo ser compreendida sob análise de fatores históricos, econômicos, políticos, culturais e sociais, visto que estes exercem influência considerável na questão. Esse fenômeno se materializa em diferentes contextos a exemplo das guerras, nas relações políticas de poder, na criminalidade, nas relações familiares envolvendo as mulheres, crianças e adolescentes, no meio urbano e rural, no trânsito, nas manifestações reivindicatórias e nas escolas.

A violência da era primitiva enfatiza a luta do homem pela sobrevivência, incidida em ações violentas, pois “[...] os homens passaram a utilizar a violência como meio de coibir e punir (...) à proteção territorial contra invasões. Nesta época essas práticas eram vistas como um processo natural de busca pela sobrevivência” (COSTA, 1997, p. 283).

Na Idade Média, identificam-se outras características marcantes de violência do homem na tentativa deste assegurar os seus interesses e objetivos. Este período é marcado pelo feudalismo, caracterizado pela submissão total do servo ao seu senhor, este último, tendo direitos de castigar ou comercializar os seus servos sempre que considerasse necessário. A Instituição Igreja, extremamente rica, que detinha o controle, efetivava castigos corporais e a queima na fogueira àqueles que agissem em desacordo com as normas e valores determinados por ela. Seguindo essas colocações Afanássiev (1982, p. 406 – 407), ressalta,

[...] as classes exploradoras utilizavam (...) a religião como instrumento de opressão espiritual de subordinação (...) aos interesses destas classes, para a consolidação da sua posição dominante na sociedade (...). A religião preconizava a submissão aos exploradores, a obediência (...) das massas e condena-as a esperar passiva e humildemente que tudo se realize de acordo com a vontade de Deus (...) a essência social da religião (...) um instrumento dos exploradores (...) arma ideológica na luta contra a reação.

A Revolução Industrial marcou a “Era da Contemporaneidade” e resultou no modo de produção capitalista que acentuou ainda mais a desigualdade social, surgindo o trabalho assalariado, o individualismo, a competitividade e a busca sem limites pelo acúmulo do capital, originando diferentes formas para assegurar esses interesses, as quais repercutem em violação constante aos direitos do homem. Sobre essa questão o posicionamento de Aranha (1986, p. 236-237), enfatiza que,

[...] A Revolução Industrial implantou o maquinismo, acelerando o processo de privatização dos meios de produção o confinamento do operário nas fábricas e seu consequente, assalariamento. [...] As cidades incham com a massa de trabalhadores mal acomodados em moradias precárias e

recebendo baixos salários [...]. A miséria, a jornada de trabalho excessiva e a exploração da mão de obra infantil configuram um estado de injustiça social.

Com o intuito de favorecer a compreensão do objeto estudado, vale pontuar as práticas violentas impostas e propagadas pelo contexto em questão, desde o processo de sua organização ao estágio atual.

Os padrões de comportamento e os arranjos familiares presentes, até o momento, foram alterados; paralelo aos valores predominantes em toda a estrutura social. Outra perspectiva que incorporou uma forma desmedida de violência foi o estabelecimento de novas estruturas familiares, pois em decorrência às excessivas jornadas de trabalho, os vínculos familiares passaram a sofrer um processo de esfacelamento instigando a individualidade tanto familiar como em toda estrutura social.

A violência implica em consequências no social, afetando de forma significativa, principalmente as camadas populares. A desestrutura provocada por essa conjuntura, afeta consideravelmente as relações familiares, esfacelando os laços afetivos que os unem, criando desarmonia e ações violentas no âmbito familiar e abuso do poder familiar.

Falar do abuso do poder familiar e, da violência doméstica decorrente deste abuso perpassa por uma abordagem das diversas formas de violência. A violência doméstica contra as crianças e adolescentes acontece através de quatro formas: violência sexual, psicológica, abandono ou negligência e a física:

[...] A violência sexual ocorre [...] quando a coação se exerce tendo em vista obter a participação em práticas eróticas. A psicológica ocorre [...] quando a coação é feita através de ameaças, humilhações, privação emocional. A negligência ou abandono representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, entre outras, e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle. E a violência física, [...] como o emprego de força física contra a criança de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta (Guerra, 1985, p. 16).

As crianças e/ou adolescentes por serem mais vulneráveis se tornam alvos fáceis dos diferentes tipos de violência no âmbito familiar praticado pelos seus pais, ou seja, abuso do poder familiar. A criança e/ou adolescente que é vítima de violência doméstica apresenta um perfil diferenciado no seu comportamento pessoal

e escolar, podendo apresentar retração social, medo, angústia, baixo rendimento na aprendizagem, entre outros.

Há que se observar que embora o poder familiar aponte sob qual responsabilidade está esse sujeito, isso não significa pleno direito ao abuso e violência contra criança e adolescente. O poder familiar é o direito do pai ou da mãe sobre os filhos que estão sob sua guarda. Para que se entenda melhor o abuso do poder familiar recorrer-se à definição do termo “Poder Familiar”. Segundo Diniz (2002, p. 447), o poder familiar pode ser conceituado como:

[...] um conjunto de direitos e obrigações, quanto à pessoa e bens do filho menor não emancipado, exercido, em igualdade de condições, por ambos os pais, para que possam desempenhar os encargos que a norma jurídica lhes impõe, tendo em vista o interesse e a proteção do filho.

A partir deste conceito observa-se a profundidade e a relação intrínseca entre este conceito e o papel que se deseja definir ao detentor do poder familiar, pois como foi expresso é um conjunto de direitos e obrigações, que quando mal dosadas podem configurar abuso do poder familiar.

Nesse sentido, o abuso do poder no âmbito familiar também é definido por alguns doutrinadores como uma das espécies de “Abuso do Direito”. Na visão deles este termo indica a extrapolação dos limites no exercício de um determinado direito ou de uma obrigação, podendo gerar violência doméstica em crianças e adolescentes.

Existem quatro tipos de violência doméstica: a física, a sexual, a psicológica e a negligência, todos já sinalizados anteriormente. Segundo Guerra (2008, p. 32), a violência doméstica pode ser conceituada como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e / ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder / dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes tem de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Dá-se aqui ênfase a violência física, que Kempe e Silverman *apud* Guerra (2008, p. 34), consideram um conceito difícil e que sofreu transformações desde 1962, sobre as formas de violência que as crianças de baixa idade sofreram, os autores citam:

[...] crianças de baixa idade que sofreram ferimentos inusitados, fraturas ósseas, queimaduras etc., ocorridos em épocas diversas, bem como em diferentes etapas, e sempre inadequada ou inconsistentemente explicadas pelos pais. O diagnóstico tem que se basear em evidências radiológicas dos repetidos ferimentos.

Fontana (1971) *apud* Guerra (2008, p. 34) ressalta que a criança pode se expor sem os sinais óbvios de ter sido espancada, “[...] mas com evidências múltiplas e menores de privação emocional, às vezes nutricional, negligência e abuso. A criança espancada é a última fase do espectro da síndrome do maltrato”.

Para Gil (1978) *apud* Guerra (2008, p. 35) o abuso físico de crianças “[...] é o uso intencional, não acidental de força física por parte de um parente ou outra pessoa incumbida dos cuidados das crianças, tendo como objetivo danificar, ferir ou destruir aquela criança”.

Já Gelles (1979) *apud* Guerra (2008, p. 35), enfatiza:

[...] Violência física é considerada como um ato executado com intenção, ou intenção percebida, de causar dano físico a outra pessoa. O dano físico pode ir desde a imposição de uma leve dor, passando por um tapa até o assassinato. A motivação para este ato pode ir desde uma preocupação com a segurança da criança (quando ela é espancada por ter ido para a rua) até uma hostilidade tão intensa que a morte da criança é desejada.

Cirillo e Di Blasio (1981) *apud* Guerra (2008, p. 35) amparados no Conselho da Europa e do Centro de Ajuda à Infância Maltratada e à Família em Crise, na Itália, lançam a seguinte definição para violência física:

[...] Maltrato físico através do qual a criança ou o adolescente são objetos de agressões por parte daqueles que lhes estão próximos, tendo consequências físicas (como lesões cutâneas, viscerais, fraturas, queimaduras, lesões permanentes, morte).

Ochotorena (1988) *apud* Guerra (2008, p. 35) apresenta a seguinte definição: “qualquer ação, não acidental, por parte dos pais ou responsáveis que provoque dano físico ou enfermidade na criança”. E Newell (1989) *apud* Guerra (2008, p. 37) enfatiza que é “toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal, representam um só *continuum* de violência”.

E por fim para Guerra (2008, p.33) violência física é,

[...] Uso da força física de forma intencional, ou atos de omissão intencionais, não acidentais, praticados por pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, com o objetivo de ferir, danificar e disciplinar esta criança / adolescente, deixando ou não marcas evidentes.

Percebe-se nas definições citadas anteriormente, é quase consensual o entendimento de que a violência física praticada pelos pais contra os filhos deixam diversas consequências, tanto no campo físico, como psicológico e emocional. As causas para que essa violência aconteça são as mais diversas, como estresse, desemprego, álcool, drogas, excesso de filhos, a cultura de bater para educar, entre outros, no caso das crianças institucionalizadas no abrigo Marinete Alves do Nascimento após análise dos planos individuais de atendimento (PIA) de cada uma delas, é quase unânime que a pobreza e a desestruturação familiar é bastante aparente, incluindo também todas as causas acima citadas. Neste contexto a partir de agora apresenta-se algumas características que crianças e adolescentes apresentam quando vítimas de violência doméstica e o perfil dos agressores, na concepção de Moura e Anchieta (2010, p. 33):

#### **Perfil dos agressores**

- São emocionalmente imaturos (ou por baixa idade ou por distúrbio do comportamento);
- Vem de famílias ou permanecem em famílias com histórico de conflitos constantes;
- Tem histórico de maus tratos;
- Possuem antecedentes de grandes dificuldades de relacionamento e/ou identificação com os pais;
- Apresenta dificuldade de socialização;
- Fazem uso ou são dependentes de álcool ou drogas, o que pode potencializar a violência;
- Tem necessidade de manter e/ou demonstrar o controle sobre o outro usualmente mais fraco a qualquer custo, entre outros.

Assim como os agressores, as vítimas também possuem determinadas características, conforme sinalizam Moura e Anchieta (2010, p.33)

#### **As vítimas apresentam características como:**

- Geralmente são crianças não desejadas, não planejadas e que não foram aceitas, muitas vezes, desde a gravidez;
- Crianças ou adolescentes com capacidade intelectual ou perspectiva de vida contrastante com as dos pais;
- Filhos criados por outras pessoas ou com pais distantes, física e emocionalmente que desenvolvem valores morais diferenciados;
- Filhos de outros relacionamentos, etc.

- Lesões que não são compatíveis com a idade ou com o desenvolvimento psicomotor da criança, lesões em várias partes do corpo, hematomas, arranhões, perfurações que lembram objetos como facas, garfos, pontas de cigarro, ferro, entre outros; que podem deixar marcas internas como tristeza, crianças frustradas, desconfiadas entre outras.

No caso das vítimas de violência doméstica do abrigo em estudo algumas apresentam transtornos mentais, retração, rebeldia, transtorno de déficit de atenção, agressividade, dificuldade em aceitar normas. É importante salientar que esses dados são coerentes com o perfil apresentado acima.

Outro elemento importante para compreender a questão da violência pode ser percebido a partir de dados que apresentam as estatísticas de violência no Brasil. Dentre os vários estudos sobre violência contra criança e adolescente, vale tomar de apoio o Mapa da Violência, que em 2012 apresentou dados específicos sobre essa situação no Brasil.

#### **2.4 Dados Estatísticos em nível nacional**

Segundo observação do Mapa da Violência 2012 – Crianças e Adolescentes do Brasil - publicado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), as violências se apresentam de formas diferentes de acordo com a idade e sexo da criança ou do adolescente.

A tabela a seguir, extraída do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) e que apresenta dados de atendimento de duas regiões do Brasil no ano de 2011, sinaliza a disparidade da violência nessas regiões, com a disparidade entre as faixas etárias, e internamente entre os estados de cada região. Frisando-se que na Região Nordeste, Sergipe possui um dos menores índices de casos notificados pelo SUS.

Tabela 7.1.1. Número e taxas (em 100 mil) de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo UF/região e faixas etárias. Brasil. 2011.

UF/REGIÃO	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	<1-19	Total
Acre	5	16	37	203	86	347	518
Amapá	1	11	6	34	91	143	242
Amazonas	100	153	204	384	313	1.154	2.025
Para	40	167	311	446	227	1.191	1.764
Rondônia	5	2	10	36	26	79	221
Roraima	3	18	33	76	119	249	609
Tocantins	10	33	35	86	174	338	940
<b>Norte</b>	<b>164</b>	<b>400</b>	<b>636</b>	<b>1.265</b>	<b>1.036</b>	<b>3.501</b>	<b>6.319</b>
Alagoas	14	22	42	137	567	782	1.718
Bahia	94	126	206	388	976	1.790	3.928
Ceara	19	41	47	91	130	328	667
Maranhão	27	47	84	161	120	439	707
Paraíba	49	38	32	90	178	387	1.266
Pernambuco	266	451	319	553	822	2.411	5.851
Piauí	16	78	67	61	98	320	759
Rio Grande do Norte	4	29	36	68	132	269	717
Sergipe	13	53	74	162	42	344	400
<b>Nordeste</b>	<b>502</b>	<b>885</b>	<b>907</b>	<b>1.711</b>	<b>3.065</b>	<b>7.070</b>	<b>16.013</b>

Fonte: SINAN/SVS/MS

Conforme percebemos, os atendimentos de casos de violência registrados pelo Sistema de Agravos de Notificação (SINAN) demonstram que o números de meninas 7.471 é maior que o de meninos 5.354 dos atendimentos notificados, como mostra na tabela 7.1.4. Na região nordeste, Sergipe aparece com 400 atendimentos notificados pelo SUS – ver tabela 7.1.1.



Tabela 7.1.4. Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo sexo e faixa etária das vítimas. Brasil.2011.

Sexo	Faixa etária (anos)											
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Masculino	1.543	2.569	2.609	3.260	5.577	15.558	48,2	45,2	45,9	32,1	38,5	39,7
Feminino	1.658	3.113	3.076	6.895	8.922	23.664	51,8	54,8	54,1	67,9	61,5	60,3
<b>Total</b>	<b>3.201</b>	<b>5.682</b>	<b>5.685</b>	<b>10.155</b>	<b>14.499</b>	<b>39.222</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SINAN/SVS/MS

É importante salientar que a violência contra meninas é sempre um indicador maior que a violência contra meninos, o que pode sugerir a necessidade de a equipe técnica deter-se em estudos mais aprofundados em temáticas que vão além da violência em si, pois essas meninas tornar-se-ão mulheres com determinados perfis com relação à violência.

Tabela 7.1.7. Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo tipo de violência e faixa etária das vítimas. Brasil. 2011.

Tipo de Violência	Faixa etária (anos)											
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Física	1.114	1.549	2.258	5.243	11.115	21.279	29,4	21,7	26,9	36,0	59,6	40,5
Moral	322	874	1.796	2.965	2.991	8.948	8,5	12,3	21,4	20,4	16,0	17,0
Tortura	41	67	170	287	427	992	1,1	0,9	2,0	2,0	2,3	1,9
Sexual	183	1.552	2.542	4.118	2.030	10.425	4,8	21,8	30,3	28,3	10,9	19,9
Abandono	1.893	2.846	1.425	1.281	830	8.275	49,9	39,9	17,0	8,8	4,5	15,8
Outras	240	244	198	667	1.247	2.596	6,3	3,4	2,4	4,6	6,7	4,9
<b>Total*</b>	<b>3.793</b>	<b>7.132</b>	<b>8.389</b>	<b>14.561</b>	<b>18.640</b>	<b>52.515</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SINAN/SVS/MS \*Pode ser indicada mais de uma alternativa

Os atendimentos a violência física prevalecem, correspondendo a 40,5% do total, em todo o território nacional, seguida pela violência sexual 19,9%, a violência moral 17%, abandono 15,8%, outras 4,9% e tortura com 1,9%. Apresentamos a seguir uma tabela onde constam dados de atendimentos de crianças e adolescentes por violência física segundo sexo e faixa etária das vítimas, como passaremos a expor:

Tabela 7.2.1. Número, % e taxas (em 100 mil) de atendimento de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violência física segundo sexo e faixa etária das vítimas. Brasil, 2011

Sexo	Nº de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Masculino	839	1.302	1.066	1.326	821	5.354	32,2	36,9	43,9	49,9	51,1	41,7
Feminino	1768	2223	1362	1332	786	7.471	67,8	63,1	56,1	50,1	48,9	58,3
<b>Total</b>	<b>2.607</b>	<b>3.525</b>	<b>2.428</b>	<b>2.658</b>	<b>1.607</b>	<b>12.825</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>% de atendimento</b>	<b>20,3</b>	<b>27,5</b>	<b>18,9</b>	<b>20,7</b>	<b>12,5</b>	<b>100,0</b>						
<b>Taxa</b>	<b>95,3</b>	<b>31,5</b>	<b>16,1</b>	<b>15,4</b>	<b>9,4</b>	<b>20,2</b>						

Fonte: SINAN/SVS/MS

E as crianças e adolescentes do sexo feminino tem uma porcentagem 58,3% em relação aos do sexo masculino com 41,7% com relação ao tipo de violência que na tabela 7.2.1 corresponde a violência física.

Tabela 7.3.1. Número, % e taxas (em 100 mil) de atendimento por violência sexual de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) segundo sexo e faixa etária das vítimas. Brasil, 2011

Sexo	Nº de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Masculino	34	369	775	445	125	1.748	18,6	23,8	30,5	10,8	6,2	16,8
Feminino	149	1.183	1.767	3.673	1.905	8.677	81,4	76,2	69,5	89,2	93,8	83,2
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>1.552</b>	<b>2.542</b>	<b>4.118</b>	<b>2.030</b>	<b>10.425</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>% de atendimento</b>	<b>1,8</b>	<b>14,9</b>	<b>24,4</b>	<b>39,5</b>	<b>19,5</b>	<b>100,0</b>						
<b>Taxa</b>	<b>6,7</b>	<b>13,9</b>	<b>16,8</b>	<b>23,8</b>	<b>11,8</b>	<b>16,4</b>						

Fonte: SINAN/SVS/MS

Conforme análise a tabela acima a violência sexual contra meninas também prevalece em relação aos do sexo masculino, com um percentual de 83,2%, sendo mais recorrente na faixa etária 15 a 19 anos. É de grande importância que se denuncie, mesmo que só haja suspeita de violência, pois só assim teremos uma realidade aproximada ao máximo do real.

No próximo tópico versaremos sobre a proteção à infância e adolescência no Brasil, no que tange ao que trouxe o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme a visão doutrinária.

## 2.5 Proteção à infância e adolescência no Brasil: o que trouxe o Estatuto da Criança e do Adolescente?

A autora Guerra (2008) em seus escritos mostra que na época do Brasil Colônia os indígenas não castigavam seus filhos para discipliná-los, a conduta deles eram através de gestos e olhares, só precisava que lhe falasse alto ou um olhar. Os filhos dos indígenas eram obedientes e amáveis com seus pais. O castigo físico foi trazido pelos jesuítas para aqueles que faltassem à escola jesuítica, eram utilizados a palmatória e o tronco. A evasão às aulas era grande já que os índios não aceitavam esse tipo de conduta, tendo como reação o abandono ao local de estudos.

Vale lembrar o período da escravidão onde os castigos físicos eram impostos aos escravos e a seus filhos, desde cedo como forma de obediência, eram utilizados palmatórias, chicotes, galhos de goiabeira, cipós entre outros. Quando algum fato chegava às autoridades competentes não se fazia nada para coibir ou punir os agressores, não se tomava nenhuma providência legal.

No período do Brasil República, mais precisamente em 1922 surge o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, no Rio de Janeiro, que ocorreu conjuntamente com o terceiro Congresso Americano da Criança. Foi pensado pelo Departamento da Criança no Brasil e teve como linha de frente o médico Arthur Moncorvo Filho. Houve debates na área da saúde, no viés social e pedagógico. Tendo como público intelectuais envolvidos em pesquisas relativas à infância. Teve como um de seus objetivos, discutir sobre as leis de proteção à infância e sua implementação, tendo em um de seus eixos a defesa do castigo para as crianças, como cita Rago *apud* Guerra (1987, p. 79):

[...] com essa orientação racional, só há vantagens em reprimir com firmeza as más inclinações, infligindo-se gradativamente os castigos em geral, para que a criança perceba obter maior lucro para si na abstenção da prática de determinados atos. Ligará então a ideia de bem da prática de determinados atos. [...] a repressão das tendências naturais da criança deverá ser, segundo ele, tanto física, através dos castigos corporais, safanões, palmadas e bofetadas, quanto passar de modo sutil pelo gesto, pelo jogo do olhar, pelo silêncio pesado.

A autora Guerra (2008) mostra em seu trabalho que o que pode justificar a prática do castigo físico às crianças como sinônimo de obediência aos adultos tem como prerrogativa o sentido bíblico de obediência à lei do PAI. O Código

de Menores de 1927 surge na necessidade de se ter leis, regras àqueles que não se adequavam ao padrão exigido pela sociedade que era de trabalhador e sujeito às normas jurídicas, as crianças e adolescentes. Como cita Silva *apud* Martins (2009, p. 30):

[...] a necessidade de um Código de Menores é fundamentada na visão determinista dos legisladores, advogados, psicólogos e no meio social em geral, de que a criminalidade é algo inerente ao ser, como algo hereditário.

Até a existência do Código de Menores não existia no Brasil qualquer lei específica para crianças e adolescentes e acreditava-se que a criminalidade tinha origem na menoridade abandonada. O Código de 1927 teve contribuição na sua formulação parlamentares, pedagogos, juristas e higienistas brasileiros da época, possuía um viés de política assistencialista de responsabilidade do Estado e tinha como objetivo a assistência e proteção aos menores de 18 anos abandonados e delinquentes.

Em 1964 cria-se a Fundação Nacional do Bem-Estar (Funabem) que institucionalizava e transferia ao Estado a responsabilidade de crianças e adolescentes ligados ao processo de marginalização. A política adotada por esta instituição era de cunho assistencialista. Posteriormente a Funabem foi substituída pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), onde modificou a política anterior no sentido de ser imediatista, paliativa e embasada na filantropia cristã.

No decorrer da história a Febem desvirtua de seu objetivo original e passa a atuar como se fosse em regime de carceragem como cita Pereira *apud* Martins (2009, p.33):

[...] passou a atuar diretamente como agente, desvirtuada dos objetivos inicialmente previstos, em nome de sua finalidade educacional de atendimento em internatos e semi-internatos, conduziu a sua atuação através de programas indefinidos, marcados por irregularidades e mesmo regimes carcerários de internação.

Neste sistema, a Febem era classificada como assistencialista para crianças carentes e abandonadas, e repressoras para crianças infratoras. Mas na verdade o que acontecia dentro da Febem fugia de seu objetivo que era a reeducação ou ressocialização de crianças e adolescentes. Como mostra Bierrenbach *apud* Martins (2009, p. 34):

[...] tais muros serviam apenas para que a sociedade escondesse parcela significativa de crianças e jovens em dita situação irregular (art. 2º do Código de Menores), nome eufemista dos pauperizados e excluídos pela lógica do sistema vigente nessa mesma sociedade.

Em 1979, o Código de Menores de 1927 é superado, surge então o Código de Menores de 1979 já contendo a doutrina da proteção integral, baseado na mesma política relacionado ao menor da legislação anterior. Tinha como base uma política de internatos prisão. O Estado recolhia crianças e adolescentes em situação irregular e internava-os até a maioridade. Relacionado a isso Martins (2009, p. 34), discorre: “[...] o Código de Menores de 1979, baseando-se na mesma política filantrópica e assistencialista das legislações anteriores, tentou manter afastados da sociedade os problemas relacionados com a infância e adolescência”.

O movimento da sociedade civil da década de 80 que se organizou em torno da problemática das crianças e adolescentes e o tratamento brutal (extermínio) dado a elas nas instituições, e a promulgação da Constituição de 1988 fizeram com que se repensasse numa nova legislação, surgindo assim em 1990, aprovado pela lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Com o ECA, gradativamente os internatos foram extintos dando lugar aos abrigos, casas lares, república e aos centros de atendimento aos menores. Mas com uma ressalva de que o atual estatuto tem como prioridade a manutenção do menor na família. Com um novo paradigma de proteção integral à criança e adolescente, baseado nos princípios da cidadania, os menores foram considerados sujeitos de direitos e deveres, tendo sua proteção assegurada, passaram a ter um tratamento diferenciado desde então. O art. 4º do ECA, que praticamente é uma reprodução do art. 227 da CF/88, destaca sobre a absoluta prioridade com que devem ser tratadas as crianças e adolescentes:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto dentro dos padrões da proteção integral a criança e ao adolescente, preconiza garantir a integridade física, como expressa seu art. 5º, “[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência,

discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Na citação anterior, visualiza-se o asseguramento dos direitos da criança e do adolescente, no entanto registra-se através da mídia e jornais impressos, um alto índice de violação aos direitos sociais, especificamente no que tange a questão da violência física na constelação familiar. Após a criação do ECA ocorreu um reordenamento em toda a política de atendimento ao menor, o que incidiu dentre outras ações na criação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente como enfatiza Vieira (1998, p. 16),

[...] a política de atendimento da criança e do adolescente exige a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional de seus direitos, com força de órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, garantida a participação popular paritária por meio de organizações representativas, de acordo com as leis federais, estaduais e municipais.

Um avanço considerável com a entrada em vigor do ECA, foram os conselhos tutelares que devem ter condições para propor projetos, deliberar e avaliar a execução destes. Almeja-se através dos conselhos, a participação popular no planejamento e execução das políticas direcionadas a criança e ao adolescente, visto que sua constituição é feita de forma paritária.

Os dispositivos legais trazem diversas normas que protegem as crianças e adolescentes contra qualquer tipo de abuso do poder familiar. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é um deles. No seu Art. 5º, diz que,

[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990)

E ocorrendo violação dos seus direitos, dependendo do tipo de violação, a criança ou adolescente poderá ser encaminhada ou inserida em algum programa de acolhimento institucional, podendo ser um abrigo com medida protetiva especial, como o abrigo municipal em estudo, o Marinete Alves do Nascimento em Aracaju.

### **3 CAPÍTULO II: Abrigo Marinete Alves do Nascimento – lócus de reintegração de vítimas de violência**

Neste capítulo faremos uma abordagem como o abrigo em estudo se organiza, seus objetivos, suas finalidades, seu processo de trabalho, suas parcerias, como também como é feito o trabalho de reintegração e/ou recuperação de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, focando as que sofreram agressões físicas.

O abrigo Marinete Alves do Nascimento faz parte do modelo de atenção ao cuidado da política de assistência social e, está vinculado à Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS), tendo sido criado no ano de 2013.

Este abrigo possui como esfera administrativa/governamental o município de Aracaju e fica localizado na rua Andréia Oliveira Passos, nº 61, conjunto Aperipê, bairro Getúlio Vargas em Aracaju/Se. Como é um abrigo de crianças e adolescentes com idade entre 07 a 18 anos incompletos, o regime de funcionamento é de vinte e quatro horas.

Observa-se que crianças institucionalizadas em abrigos são direcionadas para estes espaços quando estas tem seus direitos violados, ou seja, por abandono por parte dos pais, maus tratos, violência física ou moral, entre outros; afastando-as da família natural e encaminhando-as para um ambiente seguro, até que sua situação seja definida. Esclarece-se que “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que em 2004 realizou um estudo, apontou que os principais motivos de se colocar crianças em abrigos eram a carência de recursos materiais da família (24,5% dos casos analisados), o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%) e a vivência na rua (7%).

Em 2005, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, foi implantado em todo território nacional em ações assistencialistas, efetivando na prática a assistência social como Política Pública de Estado, fazendo a ruptura com o

clientelismo. O SUAS está vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e é coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social. O SUAS foi materializado pelos conteúdos presentes na LOAS, onde efetiva as políticas públicas buscando atender as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados reconhecendo direitos de cidadania e inclusão social.

O SUAS estabelece ainda dois níveis de proteção social. A assistência, como política pública vai se dividir em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de acordo com os seus objetivos. Os programas e serviços que correspondem a Proteção Básica são: PAIF, Inclusão Produtiva, Cadastro Único, Bolsa Família, Concessão de Benefícios, BPC na Escola, BPC e Projovem. E da Proteção Especial são: Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, PETI, população de Rua, Família Acolhedora, CREAS, Atendimento Integral Institucional, Atenção ao Idoso e Atenção à Pessoa com Deficiência.

O abrigo Marinete Alves do Nascimento se encaixa como medida de proteção especial, e foi criado tendo como órgão responsável a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS. Segundo o que consta no projeto de implantação emergencial da entidade de acolhimento do abrigo referenciado, foi implantado em 11 de abril de 2013, pela necessidade de que os lares Oratório Festivo São João Bosco e Lar Infantil Cristo Redentor comunicaram o encerramento de suas atividades no Serviço de Acolhimento Institucional.

O município na época dispunha de três equipamentos governamentais que ofertavam o serviço para crianças e adolescentes, sendo um que acolhia crianças de ambos os sexos na faixa etária de 0 a 6 anos – Abrigo Sorriso; e dois que acolhiam crianças e adolescentes, Abrigo Caçula Barreto e Abrigo Nova Vida, do gênero masculino na faixa etária de 07 a 14 anos e 15 a 18 anos, respectivamente. Assim diante da inexistência de equipamento governamental para atendimento de crianças e adolescentes do gênero feminino de 07 a 18 anos, e em face ao encerramento das atividades das entidades não governamentais anteriormente citadas, e considerando a urgência da transferência das usuárias acolhidas, esta municipalidade não teve alternativa senão a abertura de um Abrigo Institucional para acolher emergencialmente essa demanda e outras que por ventura surgissem. E também pela necessidade de ampliação da rede de atendimento a



criança e ao adolescente por meio da implementação de um serviço destinado ao acolhimento institucional, em caráter provisório e excepcional, para crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de rua, negligência e abandono ou afastados da família por determinação judicial, com base na demanda levantada pelos Conselhos Tutelares do município de Aracaju, pela 16ª Vara do Juizado da Infância e da juventude e pela Secretaria municipal da Família e da Assistência Social.

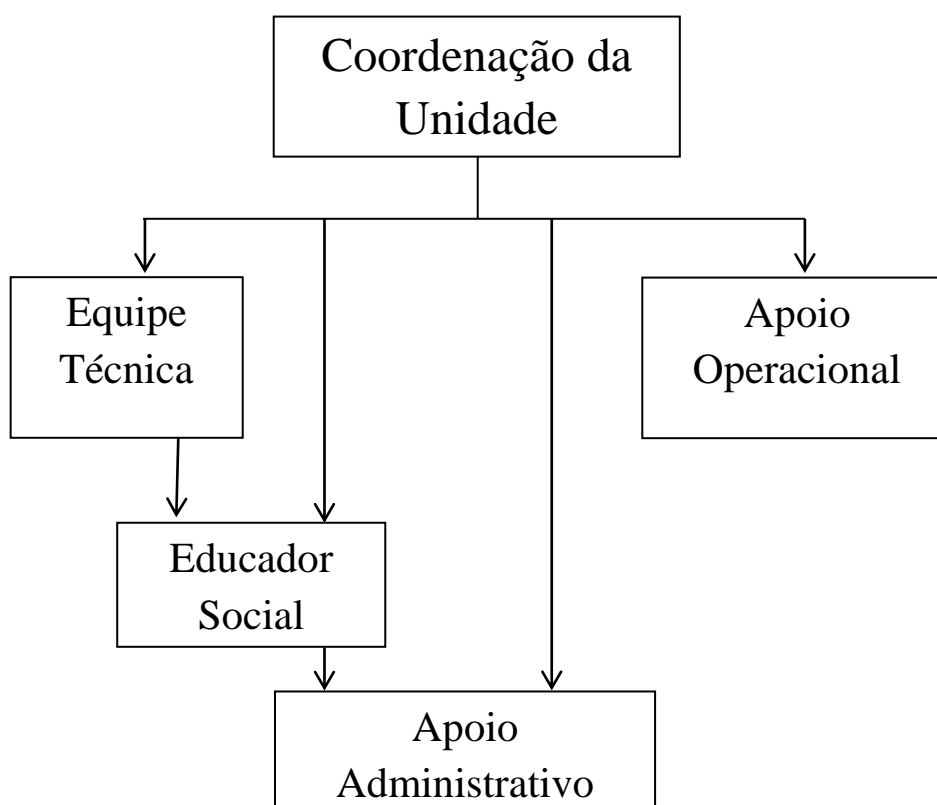
O abrigo tem como finalidade oferecer atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Como também a construção de um processo educativo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das abrigadas, favorecendo o desenvolvimento pessoal e social, tendo em vista o resgate da cidadania e a conquista da autonomia daquelas que se encontram acolhidas, bem como o retorno familiar, sempre que possível.

Essa instituição objetiva proporcionar às crianças e adolescentes do sexo feminino entre 07 a 18 anos incompletos provenientes do município de Aracaju/Se, que se encontra em situação de risco pessoal e social por estarem em situação de rua, negligência e abandono ou afastados da família por determinação judicial, alternativa de moradia, em caráter provisório, com garantia do acolhimento afetivo e material adequado, além do atendimento às necessidades básicas de saúde, educação, lazer, alimentação, vestuário e acesso aos recursos comunitários. Como também viabilizar a regularização da documentação; proporcionar em conjunto com os órgãos municipais e estaduais competentes, a profissionalização de adolescentes a partir dos 14 anos de idade, com vista à sua formação e qualificação profissional e preparo para conquista de sua autonomia como preparação para o desligamento; além de assegurar e estimular o contato daquelas que se encontram acolhidas com sua famílias de origem, ressalvada a existência de ordem expressa e fundamentada de autoridade judiciária em contrário.

O abrigo estabelece como meta o atendimento integral a 20 crianças e adolescentes do sexo feminino com idade entre 07 a 17 anos provenientes do Município de Aracaju/se, e atualmente conta com 11 abrigadas. Está subordinado à

SEMFAS e possui financiamento a nível estadual e federal, e tem o seguinte organograma institucional:

FIGURA 1: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL



Fonte: Dados institucionais.

As parcerias e relações interinstitucionais são feitas com as unidades básicas de saúde, as escolas do município de Aracaju/Se, os CAPs (Centros de Atendimentos psicossociais), enfim toda rede de serviços sócio-assistenciais que as abrigadas por ventura necessitarem.

O Serviço Social numa instituição referenciada como Abrigo é de extrema importância já que o assistente social é quem realiza um estudo da dinâmica familiar quando uma criança ou adolescente fica institucionalizada, buscando as informações possíveis a cerca de sua realidade, do seu contexto social. Para a partir

daí investir na manutenção dos vínculos familiares para que futuramente esta criança e/ou adolescente possa ser reintegrada ao seio familiar. Não sendo possível a investidura dos vínculos familiares por não se conhecer, por exemplo seus familiares, o assistente social através de seu trabalho, pode emitir estudos de casos e pareceres a fim de esta criança ou adolescente seja destituída do poder familiar para que possa ter a oportunidade de ter convivência familiar e comunitária garantidas bem como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA (1990) nos seus artigos 150 e 151 refere a necessidade de assessoria da equipe interprofissional, equipe esta que deve fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção, e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

O assistente social deve realizar visitas domiciliares, entrevistas, análise de documentos e observações com familiares e apresentar relatórios sociais com seus posicionamentos e interpretações, pois o estudo social apresenta, atualmente, como suporte fundamental para aplicação de medidas judiciais dispostas no ECA e na legislação civil referente à família. Segundo Miotto (2001, p. 157) o estudo social,

[...] é um instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupos de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar. Na verdade, ele consiste numa utilização articulada de vários outros instrumentos que nos permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação.

Já Araújo, Bruno e Kroger *apud* Proença (2000, p. 39 – 40) dizem que,

[...] a análise realizada pelo assistente social de cada situação específica configurada nas relações pessoais, e dessas com as instituições, é chamada de Estudo Social. O Estudo Social consiste em coletar dados, a partir de um instrumental específico e definido pelo assistente social para cada caso particular, e interpretar esses dados a partir de um referencial teórico, elaborando-se uma opinião profissional sobre a situação. Essa situação é geralmente identificada como "problemática ou conflituosa", quer pelos que a vivenciarão, quer por outros profissionais que a atendam. O estudo irá permitir um conhecimento objetivo da situação dentro de uma visão de globalidade, visto ser a interpretação da situação.

É de fundamental importância que o assistente social tenha um embasamento teórico rico, pois ao emitir seu parecer, algumas vezes sugere

medidas sociais e legais que poderão ser tomadas, que são determinantes para definir o futuro destas crianças.

A unidade de acolhimento funciona com atendimento 24 horas, com a equipe de trabalho distribuída da seguinte forma:

- Coordenação: 40 horas semanais distribuídas de segunda a sexta-feira;
- Equipe técnica: 30 horas semanais, realizadas de segunda a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas; e das 13:00 às 19:00 horas.
- Apoio Operacional: 40 horas semanais distribuídas em oito horas diárias de segunda a sexta-feira;
- Educador social: 42 horas semanais, que no turno do dia cumpre 30 horas semanais de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas ou das 13:00 às 19:00 horas e um plantão noturno, cumpre 12 horas diárias, das 19:00 às 07:00 horas em esquema de plantão de 12 x 36 horas.
- Apoio administrativo: 42 horas semanais, sendo plantão de 12 horas, das 06:00 às 18:00 horas ou das 18:00 às 06:00 horas, no esquema de 12 x 36 horas.

O quadro atual de recursos humanos do abrigo é de uma Coordenadora, duas Assistentes sociais; uma psicóloga, uma pedagoga, quatro educadores, seis pessoas em apoio administrativo, duas estagiárias de Serviço Social, um auxiliar administrativo, um vigia, duas oficineiras, sendo uma de arte e outra de esporte, e quatro guardas municipais (Regime de plantão) com o objetivo de proteger o patrimônio, os profissionais e as acolhidas.

Os recursos materiais utilizados tanto pela Unidade como do Serviço Social são oriundos da SEMFAS. Em sua estrutura física a Unidade possui os seguintes espaços: três quartos, sendo duas suítes, cada uma com três beliches; uma área comum com refeitório; uma sala de estudos; uma sala da coordenação com banheiro; uma sala da equipe técnica (Serviço Social, Psicologia e Pedagogia); uma área de serviço; um banheiro comum aos funcionários; uma sala de visita; uma cozinha; uma dispensa e um almoxarifado.

As demandas atualmente são advindas dos Conselhos Tutelas do município de Aracaju e da 16ª Vara do Juizado da Infância e da juventude e pela Secretaria municipal da Família e da Assistência Social.

A análise dos dados coletados com o intuito de discutir a violência doméstica de crianças e adolescentes em estado de abrigo, dando ênfase a violência física, foi surpreendente. Após análise e comparação com os dados do Mapa da Violência 2012, dos dados coletados no Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis – DAGV de Aracaju, e busca ativa nos prontuários das abrigadas, percebeu-se que enquanto o Mapa da Violência e DAGV nos mostra dados que a violência física segue o ranking número um dos tipos da violência doméstica mais acometido; no abrigo Marinete é a negligência ou abandono que predomina, seguido da violência sexual e por conseguinte violência física.

Negligência e abandono, de acordo com o Ministério da Saúde (2002, p. 12)

[...] assim são chamadas as omissões dos pais ou de outros responsáveis (inclusive institucionais) pela criança e pelo adolescente, quando deixam de prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento físico, emocional e social. O abandono é considerado uma forma extrema de negligência. A negligência significa a omissão de cuidados básicos, como a privação de medicamentos; a falta de atendimento aos cuidados necessários com a saúde; o descuido com a higiene; a ausência de proteção contra as inclemências do meio como o frio e o calor, o não provimento de estímulos e de condições para a frequência à escola.

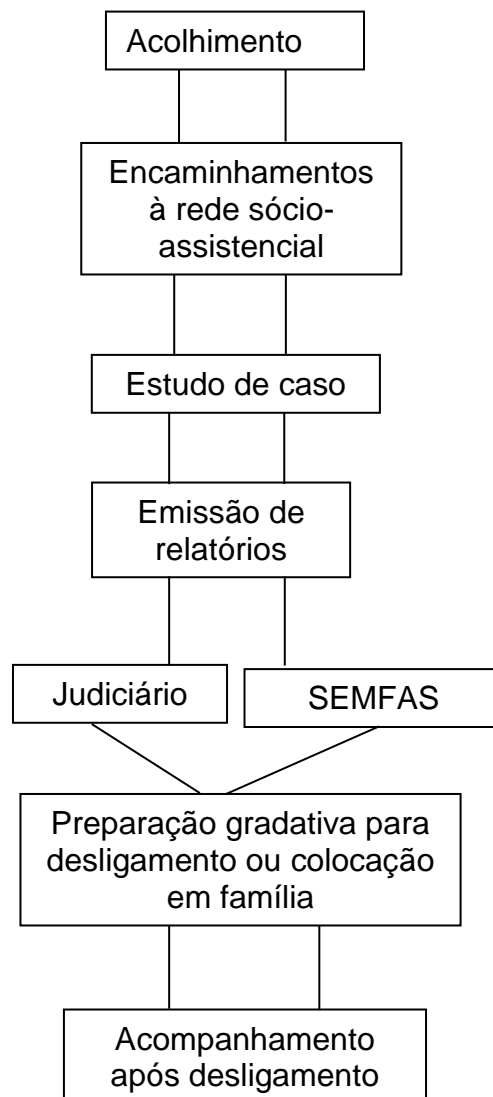
Nesse sentido, as atribuições e competências do Serviço Social, de acordo com o projeto político pedagógico 2013 do abrigo são:

[...] Elaboração e revisão, em conjunto com o/a coordenador(a) de demais colaboradores; organizar junto a coordenação da Unidade atividades de capacitação de forma continuada e sistematizada para o grupo que trabalha na unidade; acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores; registrar a admissão e desligamento das crianças e adolescentes acolhidas na unidade; organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuários individual; elaborar relatórios para encaminhamento aos órgãos do judiciário; aplicar testes e técnicas; atendimento individual e em grupo; orientar os funcionários no trato afetivo e emocional das crianças e adolescentes; ministrar palestras; elaborar instrumentais para aplicar na atividades diárias da Unidade; manter intercâmbio com o Sistema de Garantia de Direito às Crianças e aos adolescentes; supervisionar os estagiários extracurriculares; identificar necessidades e ofertar orientação individual ou coletiva; realizar monitoramento e avaliação do serviço; oportunizar atividades que

possibilitem o protagonismo individual e grupal; preparação da criança ou adolescentes para o desligamento.

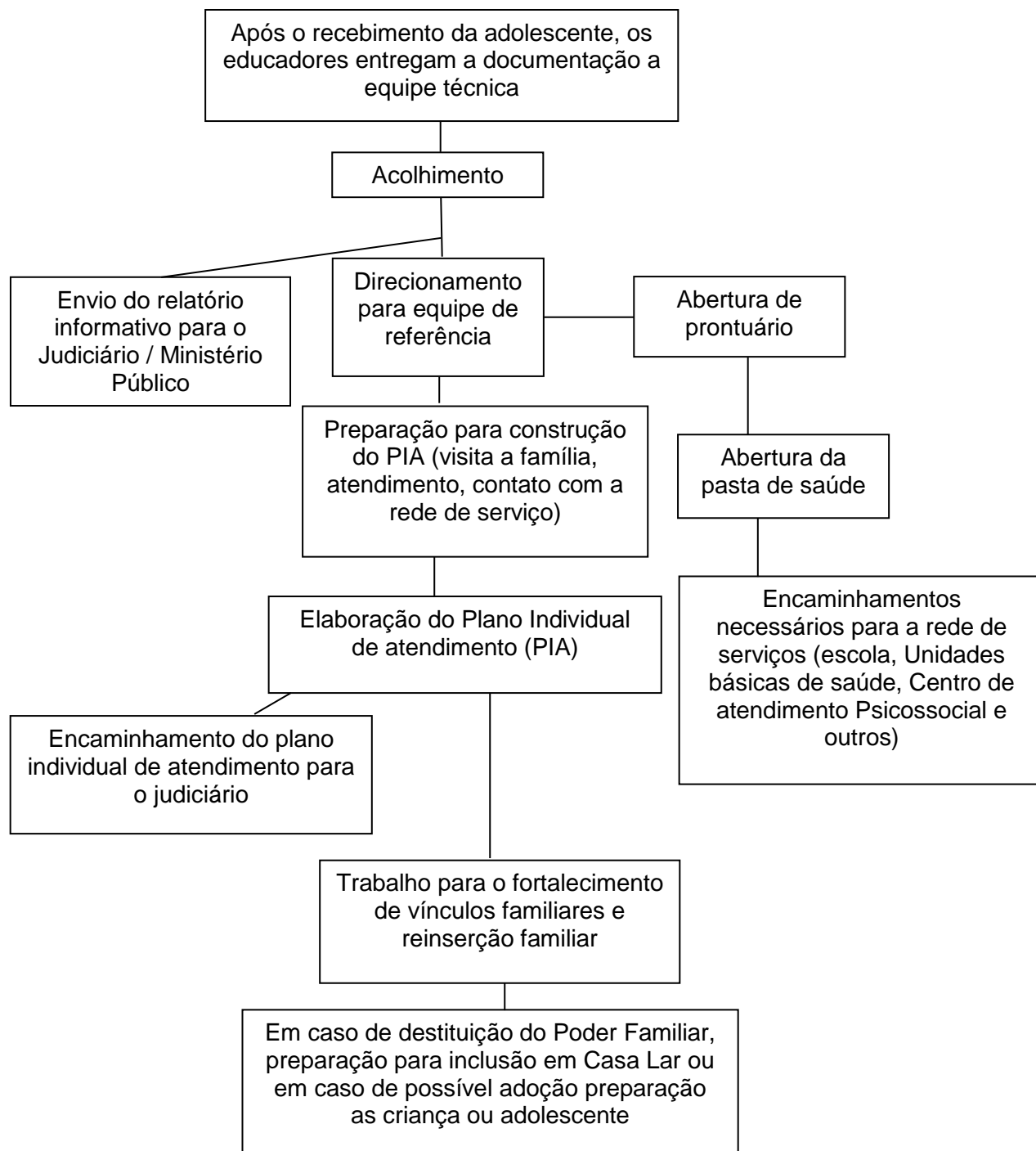
Para atendimento às crianças e adolescentes usuárias do serviço, o abrigo apresenta um fluxograma que atenta para as atividades de atendimento. A Unidade possui um fluxograma do processo de institucionalização das crianças e adolescentes:

FIGURA 2: PROCEDIMENTOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Para o sucesso de qualquer organização/instituição a definição de tarefas é de suma importância, com o intuito de esclarecer isto, no que concerne a equipe técnica o Abrigo Marinete Alves do Nascimento possui o fluxograma a seguir, ressaltando-se a necessidade de um trabalho interdisciplinar.

FIGURA 3: FLUXOGRAMA DA EQUIPE TÉCNICA



O abrigo Marinete Alves do Nascimento, atualmente, tem sob sua responsabilidade 11 crianças e adolescentes institucionalizadas com idade entre sete e 18 anos (incompletos), sendo que a capacidade de atendimento é de 20 abrigadas. O Serviço Social possui um atendimento direto de 11 crianças e adolescentes, além de seus familiares como público indireto. Neste atendimento o assistente social pode utilizar instrumentais técnico-operativos como entrevistas, visitas domiciliares, atendimentos individuais e coletivos, entre outros.

Como desafio que o Serviço Social enfrenta é localizar familiares das abrigadas, uma vez que quando o assistente social deseja realizar uma visita domiciliar e vai ao endereço que está na sua documentação, muitas vezes o endereço é inexistente, falso ou errado, inviabilizando o processo de reintegração familiar.

Durante o estudo pode-se analisar a atuação do Serviço Social no âmbito da assistência, correlacionando com as medidas protetivas inseridas no ECA, como também através de uma pesquisa documental nos planos individuais de atendimento das abrigadas identificamos que a maioria das inserções se deu por motivo de algum tipo de violência doméstica (negligência ou abandono, abuso sexual, agressão física e psicológica), devolução de adoção, destituição do poder familiar, transferência de outro abrigo, situação de risco (genitores usuários de drogas) e ameaça de morte.

O estudo social não foi objeto da pesquisa em razão do sigilo profissional, conforme o código de ética do Assistente Social (BRASIL, 1993), caput V:

Art. 17: É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional. Art. 18: A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros e da coletividade.

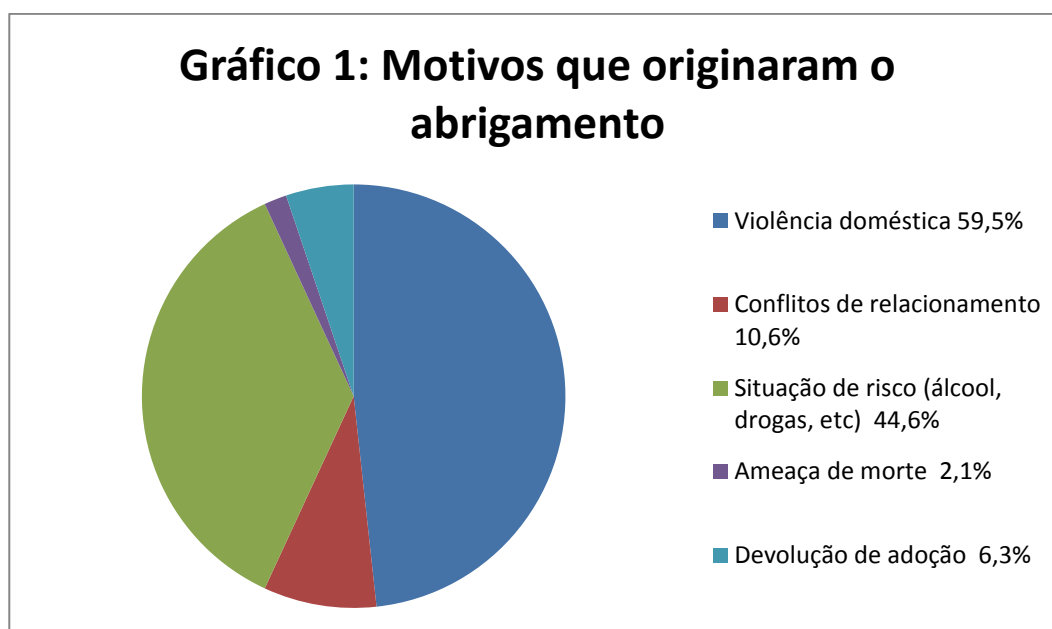
Em abril de 2015 o abrigo possuía um universo de 11 crianças e adolescentes abrigadas, destas sete crianças e adolescentes possuem vínculos com a família e podem ter condições de restabelecimento de vínculo com a mesma e quatro foram destituídas o poder familiar, não se tendo informação de mais ninguém da família. Desde a criação do abrigo em 2013 a abril de 2015, já foram institucionalizadas um total de 47 crianças e adolescentes, onde sete evadiram e nunca mais voltaram, 13 foram reintegradas em suas famílias naturais ou



substitutas, sete foram para outros abrigos com regimes de atendimentos diferenciados ou casas lares e nove foram desligadas por terem completado 17 anos sem reintegração.

Em razão do objeto da pesquisa, buscou-se levantar dados necessários para compreender a situação violência a que foram acometidas as crianças e adolescentes sob abrigo no Marinete Alves do Nascimento. Os dados foram obtidos com a ressalva de manter sigilo no sentido de garantir a confidencialidade no trato da informação.

### 3.1 Dados Estatísticos do Abrigo Marinete Alves do Nascimento:

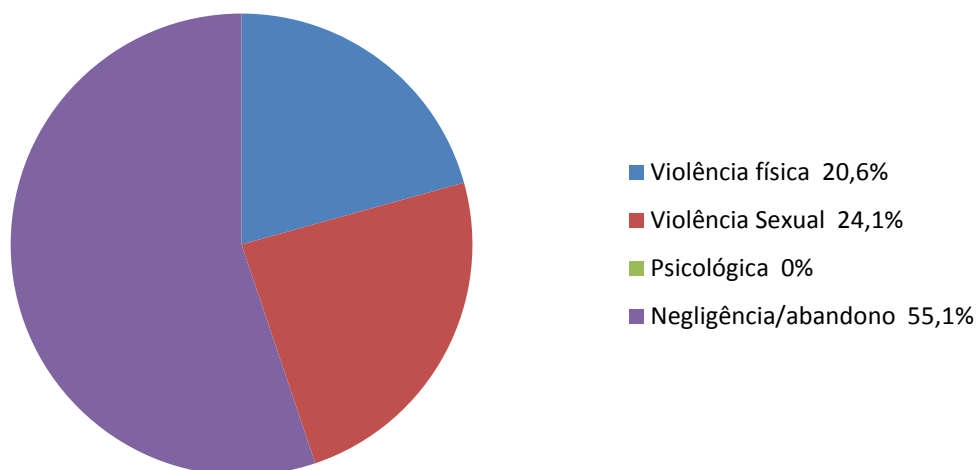


Fonte: Levantamento feito pela autora.

O gráfico acima demonstra que a maioria das crianças e adolescentes que passaram no abrigo do ano de 2013 a abril de 2015 se deu por motivo de violência doméstica, que segundo Guerra (2008, p. 32),

[...] representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis [...] sendo capaz de causar danos físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes tem de ser tratados, como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

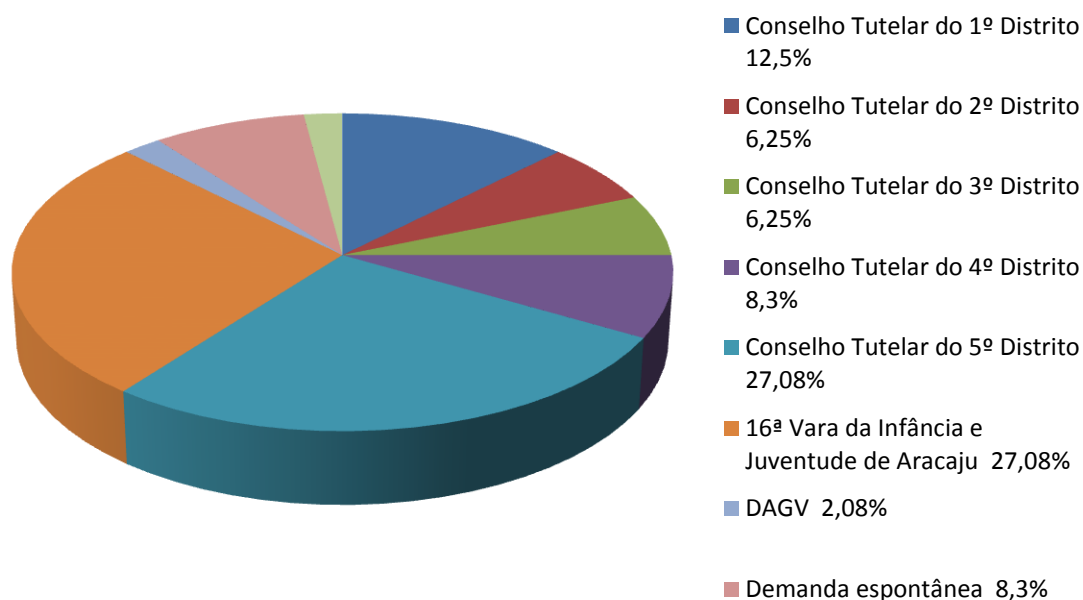
**Gráfico 2: Estatística por tipos de violência doméstica**



Fonte: Levantamento feito pela autora.

Um dos objetivos deste estudo foi conhecer como se dá o trabalho de reintegração e/ou recuperação de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, focando as que sofreram agressões físicas, a pesquisa mostrou que 16 meninas abrigadas foram direcionadas para este espaço devido a negligência/abandono; seguido de sete vítimas de violência sexual, seis vítimas de violência física e durante a coleta dos dados nos planos individuais de atendimento das abrigadas não foi citada a violência psicológica, considerada de difícil identificação e que segundo Guerra (1985, p. 16) “[...] ocorre quando a coação é feita através de ameaças, humilhações, privação emocional”. O resultado da pesquisa nos mostrou que a negligência/abandono foi o que mais motivou o abrigamento das meninas vítimas de violência doméstica do abrigo Marinete Alves do Nascimento, apesar do mapa da violência 2012 pontuar que a violência física (58,3%) está em primeiro lugar como mostra a tabela 7.2.1 da página 34.

**Gráfico 3: Quem encaminhou ao abrigamento**



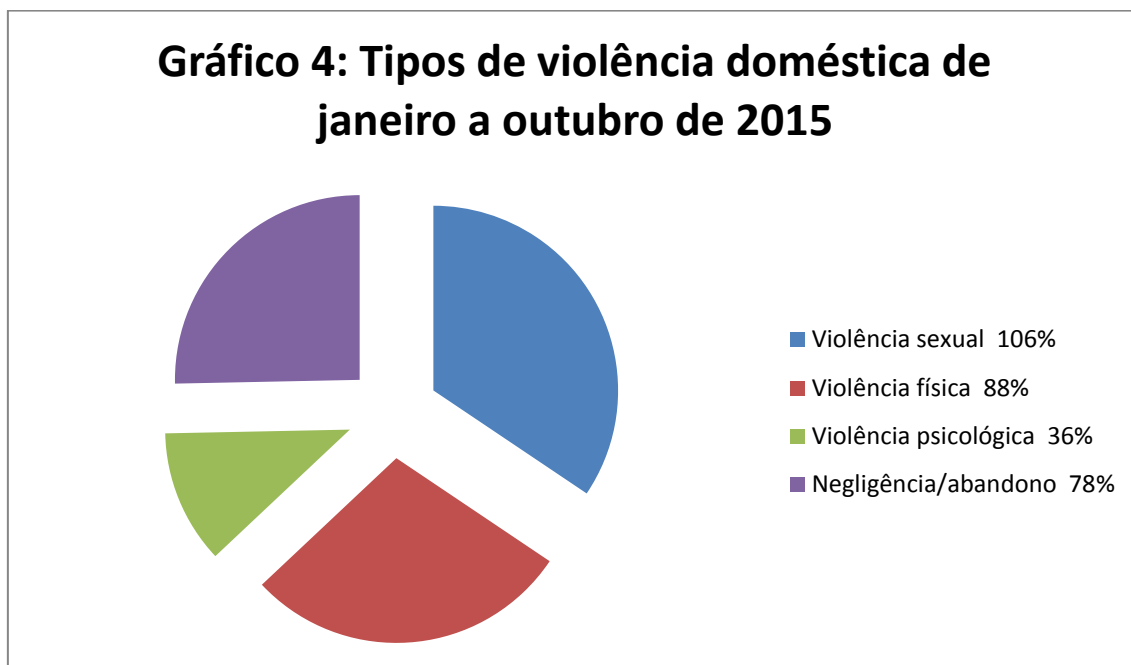
Fonte: Levantamento feito pela autora.

O gráfico anterior nos mostra que os três primeiros responsáveis pelo abrigamento de algumas meninas foi feito pelo Conselho Tutelar do 5º Distrito do município de Aracaju, localizado no São Conrado de Araújo, tendo como territorialidade os bairros Lamarão, José Conrado de Araújo, Jardim Centenário, Soledade, Santos Dumont, Olaria, Bugio, Veneza I e II. Seguido da 16ª Vara da infância e Juventude, e por conseguinte o conselho Tutelar do 1º Distrito que se localiza no bairro São Conrado e abrange os bairros Farolândia, Santa Maria, São Conrado, Atalaia, Coroa do Meio, Orlando Dantas, Inácio Barbosa, Aeroporto, Mosqueiro e Augusto Franco, 17 de Março e Areia Branca, segundo o site do Tribunal de Justiça de Sergipe. Esses dados nos leva a entender que a maior parte dos abrigamentos são decorrentes da região norte do município de Aracaju onde se localiza o Conselho Tutelar do 5º Distrito de Aracaju. Essa problemática atinge todas as classes da sociedade brasileira e podem ter causas estruturais, mas não determinantes. Como diz Guerra (2008, p. 31),

[...] A violência doméstica apresenta uma relação com a violência estrutural (violência entre as classes sociais, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais). No entanto, tem outros determinantes que não apenas os estruturais. É um tipo de violência que permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal.

### 3.2 Dados Estatísticos da Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAGV

Segundo coleta de dados feita na Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis – DAGV. De janeiro a outubro de 2015 foram abertos 171 inquéritos, destes 50 são de violência doméstica contra criança e adolescente de ambos os sexos provenientes de todo o território do estado de Sergipe.



Fonte: DAGV de Aracaju.

Não nos foi disponibilizado para coleta dados que pudéssemos separar meninas de meninos, pois a pesquisa dá maior ênfase em meninas, a coleta de dados do particular foi feita num abrigo para meninas do município de Aracaju, o Marinete Alves do Nascimento.

Os dados do gráfico anterior, apesar de ser mais generalizado – meninos e meninas – nos mostra que o tipo de violência doméstica que mais prevalece é a violência sexual com 106 % de ocorrências, seguido de violência física 88%, negligência/abandono 78% e violência psicológica com 36%.

Ressaltamos que as estatísticas nos dá um valor acima do somatório dos 100% devido a ocorrência de mais de um tipo de violência que uma criança ou adolescente tenha sofrido, ou seja, uma criança ou adolescente pode ter sofrido os quatro tipos de violência doméstica juntas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa não pretendeu concluir a temática em análise, até porque se trata de uma problemática que está emaranhada a diversos fatores sociais, econômicos e culturais. Pensou-se em propiciar uma melhor discussão sobre a violência doméstica infantojuvenil tendo o abrigo Marinete Alves do Nascimento como um estudo mais específico.

Os objetivos deste estudo concentram-se na discussão sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes, dando ênfase a violência física, e o reordenamento socioafetivo das vítimas institucionalizadas no abrigo em questão. Com relação a esse objetivo verificou-se que a criança e o adolescente na sua historicidade vem sendo vítima desde as épocas bíblicas, de constantes agressões físicas sendo expostas a castigos corporais, vale salientar que não eram considerados sujeitos de direitos. Registra-se que ora papel do Estado e ora papel dos pais, a criança e o adolescente sofreram maus-tratos físicos e estes foram absorvidos de forma natural por causa da questão cultural até o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na década de 1990, onde se caracterizou uma conquista dos direitos do público em pauta, mas não significa que as visões da sociedade tenham sido transformadas com relação à criança e o adolescente, principalmente a dos pais.

Com a análise de todos os dados coletados do Mapa da Violência 2012, referência nacional, com os dados do DAGV e com os dados estatísticos do abrigo Marinete Alves do Nascimento, concluímos que os índices nacionais indicam que a violência física é o tipo de violência mais acometida contra crianças e adolescentes, e os dados do DAGV indicam que o tipo de violência que crianças e adolescentes mais sofrem é a violência sexual e no abrigo foi a negligência e/ou abandono.

A negligência e/ou abandono se caracteriza pelo não provimento das necessidades básicas da criança ou adolescente por parte dos pais podendo ou não ser intencional. O não intencional parte do pressuposto do estado de pauperização em que se encontram as famílias, e o intencional por irresponsabilidade dos genitores. Mas para esta situação cabe um posterior estudo junto às famílias para saber a direção da intencionalidade dos pais.

E objetivando compreender o reordenamento das vítimas abrigadas, o trabalho estratégico da equipe técnica do abrigo, é de suma importância, pois a instituição oferece atendimento especializado e com dignidade, funcionando como moradia até a reintegração ou não às suas famílias. Como também um processo de orientação educativa na melhoria da qualidade de vida, conquista da autonomia, resgatando a cidadania das meninas abrigadas. Além do atendimento às necessidades básicas de saúde – atendimento nas unidades básicas de saúde, Centro de Atendimento Psicossocial - , educação, lazer, alimentação, vestuário. Como também viabilização e regularização da documentação como RG, CPF, segunda via de certidão de nascimento, profissionalização de acordo com as respectivas idades.

Na impossibilidade da reintegração dessa criança ou adolescente à família de origem ou em colocação em família substituta, e completando 17 anos, ela será desligada do abrigo, devendo ser encaminhada para uma república, mas o município de Aracaju não possui esse tipo de abrigamento, o que evidencia a necessidade de repensar o processo de abrigamento e a responsabilidade pública no atendimento de jovens oriundas desse serviço quando completada a idade máxima garantida no sistema de proteção.

Também se considerou importante pontuar o termo família como base socializadora considerada a primeira instituição acolhedora das crianças, mas este termo passou por mutações devido ao processo de reestruturação nas relações produtivas e sociais tendo como característica marcante o individualismo que acaba por influir no contexto familiar.

O procedimento metodológico se baseou no método dialético por ser considerado um método de interpretação da realidade, com abordagem qualitativa por não se preocupar com a representatividade numérica, mas com a compreensão de aprofundamento de um grupo social. A natureza da pesquisa foi a aplicada por envolver verdades e interesses locais. E em toda a pesquisa foi executado um levantamento bibliográfico e documental, desenvolvida por meio do acesso aos prontuários das usuárias do abrigo, respeitando o sigilo das fontes.

O procedimento metodológico foi considerado satisfatório, pois se deu por meio da realização de leituras e fichamentos (artigos, legislação, relatórios,

prontuários, documentos, livros, sites, entre outros) para elaboração das discussões acerca do objeto.

As reflexões mencionadas nesta pesquisa evidencia que há muito a ser feito, tanto por parte da academia que pode fomentar as discussões sobre a problemática que induzam a um repensar de todos os segmentos sociais, como da sociedade civil, no que se refere às denúncias de violência doméstica infantojuvenil, e no Estado na geração de emprego com políticas públicas condizentes com a realidade das famílias brasileiras.



## REFERÊNCIAS

- AFANÁSSIEV, V. G. **Fundamentos da Filosofia**. [Trad. Zubovski Buvar] Moscovo: [s/ed]. 1982.
- ARANHA, M. L. de A. et all. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.
- BRASIL. **Código Civil**. Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 2009.
- BRASIL. **Novo Código Civil: exposição de motivos e textos sancionados**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
- BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 49-77.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, 2009.
- \_\_\_\_\_. LOAS (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/ DF, 2004.
- COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997. P. 282-295.
- DIAS, M. B. **As Uniões homoafetivas frente a Constituição Federal**. Consulex, Brasília, ano 12, n.281, 30, set. 2008.
- DIAS, M. L. **Vivendo em Família: relações de afeto e conflito**. 7 ed. São Paulo: Moderna, 1997, p. 282-295.
- DICIONÁRIO VIRTUAL. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/familia/>>. Acesso em 03 fev. 2015.
- DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 18 ed. aum. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002, v.5.
- FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M.(org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNICEF, 1994. P. 11-15.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, C. A. **Responsabilidade Civil**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- JUS NAVIGANDI. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8371>>. Acesso em 27 nov. 2014.

LEITE, D. C. ; KASSAR, M. de C. M.. **As Políticas Sociais e a Violência Doméstica: O castigo físico na percepção das crianças.** Disponível em:<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/GT2%20PDF/AS%20POL%20CDTICAS%20SOCIAIS%20E%20A%20VIOL%20CANCIA%20DOM%20C9STICA%20O%20CASTIGO%20F%20CDSICO%20NA.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT2%20PDF/AS%20POL%20CDTICAS%20SOCIAIS%20E%20A%20VIOL%20CANCIA%20DOM%20C9STICA%20O%20CASTIGO%20F%20CDSICO%20NA.pdf)>. Acesso em 27 de nov. de 2014.

MARCONDES, M. T. M.; LEITE, S. K. C. .**Violência Doméstica contra Crianças e adolescentes: A ponta do Iceberg na Rede Municipal de Educação no Município de Caçapava.** Disponível em:<<http://site.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/09.pdf>>. Acesso em 27 de nov. de 2014.

MARTINS, D. C. **Estatuto da Criança e do Adolescente & Política de atendimento.** 1ª ed. (ano 2003), 5ª reimpr. / Curitiba: Juruá, 2009.

MIOTO, R. C. T. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo.** Serviço Social e Sociedade. n. 67. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 14 ed. São Paulo: Vozes: 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Notificação de Maus tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em Saúde.** Brasília-DF.2002. 48 p.

MOURA, D. N.; ANCHIETA, M. S.**Violência Doméstica: um estudo acerca das ocorrências registradas na Delegacia Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima – DEACAV –** São Cristóvão, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ M. **Economia política: uma introdução crítica.** – 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

PASTORAL DA CRIANÇA. **A paz começa em casa: como trabalhar as relações humanas para prevenir a violência contra criança no ambiente familiar.** 1ª. Ed. Curitiba: 1999.

Portal do TJSE. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br>>. Acesso em 22 out. 2015.

PRADO, D. **O que é família.** 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 92 p. (Coleção primeiros passos, 50).

\_\_\_\_\_. **O que é família.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. Ca 80 p. (Coleção primeiros passos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, SEMFAS. **Projeto Político Pedagógico: Marinete Alves do Nascimento.** Aracaju, 2013.

PROENÇA, A. L. **Estudo e Parecer Social como Instrumentos Técnicos Operativos do Processo de Trabalho do Assistente Social nas Varas de Família, no Fórum da Capital.** (TCC Serviço Social — UFSC). Florianópolis, 2000.

ROSAS, F. K. ; CIONEK, M. I. G. D.. **O Impacto da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes na vida e na Aprendizagem.** Disponível em:

<<http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>>. Acesso em 17 de nov. de 2014.

SARTI, C. A. Família e Individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A Família Contemporânea em debate**. 2 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 1997. p. 39-49.

VICENTE, C. M.. **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: uma política de manutenção do vínculo**. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família Brasileira a base de tudo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, Brasília / DF: UNICEF, 1994, p. 47-59.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil**. 1ª ed., Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano (CEBELA), Rio de Janeiro, 2012.